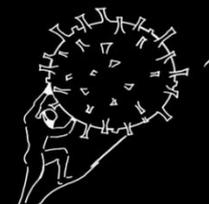


XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM FILOSOFIA



RESUMOS

XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM FILOSOFIA 2021

Sumário

Sebastiao Donizeti da Silva	5
“A contribuição da filosofia da linguagem para o ensino de filosofia no ensino médio: uma proposta didático-pedagógica”	5
Pedro Lucas Bonfá Vieira Ramos	6
A Décadence na arte e na filosofia em Nietzsche	6
Francisco Alvarenga Junnior Neto	7
Nilismo e ceticismo em Nietzsche	7
Patrick Luiz Barreto Soares	8
O conceito de voluntário em Tomás de Aquino e a relação entre vontade e intelecto	8
Lara Rocha	9
O conceito de tempos sombrios como chave de leitura para compreender o nosso tempo	9
Maria Mônica Reis Mondaini	10
A garantia da democracia pela desincorporação do poder: breves notas sobre o pensamento de Claude Lefort	10
Cristina de Oliveira	11
O malheur e a verdade em Simone Weil: uma interpretação do sofrimento humano	11
Marina Barbosa Sá	12
O sujeito e a estética da existência no pensamento de Michel Foucault	12
Fabício Rodrigues Pizelli	13
O estatuto do noema em A imaginação e O imaginário.....	13
Clarice de Medeiros Chaves Ferreira	14
Será a psicanálise uma pseudociência? Reavaliando a doutrina à luz da proposta de demarcação de Hansson e da ética de Clifford	14
Ana Paula de Jesus Carvalho	16
A dialética do diálogo "Teeteto"	16
Marcelo Henrique de Souza Carvalho	17
“Comunidade e melancolia”: por uma (im)política da impropriedade e desposseção em Roberto Esposito.....	17

Ana Clarice Rodrigues Costa	18
“Um paradigma é o que você usa quando a teoria não está lá”: Masterman e os paradigmas kuhnianos.....	18
Rafael Gironi Dias	20
Pensando o que é “possível” e o que é “preciso” a partir do intolerável: uma fricção de ideias com Michel Foucault e Ailton Krenak.....	20
Donavan Iury Silva da Mata	21
Banalidade do mal: um fenômeno possível hoje?.....	21
Aline Isabel Alves Andrade	22
A lacuna explicativa e as tentativas de naturalização da consciência.....	22
Audier Gomes Dias D'Angelo Seabra Eiras	23
O papel da inclinação no dever moral.....	23
Joyce Oliveira Badaró	25
Ser primeiro em Z,1 da metafísica de aristóteles.....	25
Paloma de Souza Xavier	26
Contra a inefabilidade das hinge propositions: uma leitura neopragmatista.....	26
Matheus Marrega	27
Alcances e limites da liberdade de expressão: um encontro entre Mill e Clifford.....	27
Guilherme de Souza	28
Sobre a figura platônica do daímon: o Daímon-Noûs à luz de Andrei Tomotin.....	28
Thaís Vasconcelos Rodrigues	29
A estrutura da consciência em cérebros bipartidos.....	29
Emanuel Djaci de Oliveira Lea	31
Theodor Adorno: da publicidade cultural à propaganda fascista.....	31
José Henrique Fonseca Franco	32
O significado filosófico dos Teoremas de Incompletude de Gödel para a vertente formalista da Filosofia da Matemática.....	32
Rebeca Figueira Martins	33
Prazer, amizade e comunidade em Epicuro.....	33
José Geraldo da Silva Marques	34
O sentido do pensar em Hannah Arendt e sua aplicação no ensino de filosofia no ensino médio ...	34
Luiz Felipe de Saibro Dossena	35
O que há de ruim na morte? A abordagem do interesse temporalizado de Jeff McMahan.....	35
Elan Moises Marinho da Silva	36
E se Sísifo entrasse na Matrix? Uma investigação sobre as intuições envolvendo o cenário da Máquina de Experiências, de Nozick.....	36
Natanailtom de Santana Morador	37

A meditatio mortis como um exercício espiritual em Michel de Montaigne.....	37
Otávio Henrique Rodrigues Barbosa	39
A noção de natureza humana na Ética de Spinoza.....	39
Matheus Marques Rodrigues da Costa	40
Quine e o início do anti-excepcionalismo lógico.....	40
Matheus Rodrigues de Moura	41
O radicalismo de direita ontem e hoje: a atualidade do pensamento político de Theodor Adorno... 41	
Rondnelly Nunes de Assis	42
O estatuto epistemológico do político na Introdução à história da filosofia de Jean-Toussaint Desanti	42
Lorena Moreira Pinto	43
A concepção de história entre Benjamin e Arendt: experiência e compreensão	43
Txay Tamoyos Silva e Sousa	44
Entre subjetividade e intersubjetividade: o papel do imaginário	44
Alex Bispo Bastos	45
Alguns desafios para o antirrealismo sobre dilemas morais	45
Priscila Aragão Zaninetti	46
O Sísifo de Vico e a áspera fadiga do humanizar-se.....	46
Bruno Fernandes	47
Pensando Sísifo a partir de Marx: de onde emerge esperança?	47
Jhonatan Relher	49
Superfluidade do homem: um fenômeno de massas	49
Julie Christie Damasceno Leal; Mauro Lopes Leal	50
Corpo, sexualidade e melancolia: uma leitura filosófica dos contos “miss algrave” e “o corpo”, de Clarice Lispector	50
Viviane Veloso Pereira Rodegheri	51
Metodologia e conhecimento: por que Parmênides está comprometido com uma discussão ontológica?.....	51
Victor Hugo Amaro Moraes de Lima	52
Teoria psicanalítica e Pesquisa Social Empírica em Theodor W. Adorno.....	52
Marianne Conceição de Souza Girard	54
Sobre as concepções de história em Nietzsche e Heidegger para a potencialização da existência: um avanço para o início	54
Pedro Methner Baldin	55
‘Corpo-Esquizo’: intersecções entre filosofia e performance	55
Junior da Silva Lima	56
“Es denkt in mir”: O cadáver insepulto de deus e o paradoxo epistemológico do niilismo reativo. 56	

Reinaldo Oliveira Menezes; Hellen Cristina Picanço Simas; José Alcimar de Oliveira.	57
OS 60 ANOS DO CURSO DE FILOSOFIA DA UFAM: desafios na perspectiva da inclusão escolar	57
Vinícius Amaral de Sousa	58
Semelhança, aspecto geral e consciência no Tratado de David Hume	58
Brennan Cavalcanti Maiciel Modesto	59
Simón Rodríguez: linguagem, educação popular e libertação latino-americana	59
João Felipe Santana Rasi	61
Introdução ao estudo da natureza das intuições	61
Wellington Faustino de Melo da Silva	62
Da investigação à epokhé: o intérimo trajectus pirrônico	62
Bruno Lemos Hinrichsen; Matheus Vilaverde Lazzarotto	63
A noção de cosmotécnica em Yuk Hui: uma proposta de releitura do conceito de phýsis	63
Ágatha Victória Cavallari Ferreira	64
A concepção sartriana sobre a apreensão estética da consciência imaginante.....	64
Paola Longo Mantovani	65
A aparente contra intuitividade do funcionalismo abrangente: questões sobre mentalidades coletivas e a psicologia do senso comum.....	65
Thiago Máximo Pereira	66
Diálogos em Filosofia da Mente: behaviorismo radical e cognição corporificada	66
Marcelo Aparecido Vieira	67
Algumas Notas Sobre A “Síntese Transcendental Por Conceitos” Da Filosofia Na Crítica Da Razão Pura	68
Artur Guilherme dos Santos Furtado	69
Em Prol De Um Mundo Que Mal Vive: As Lições Morais Do Inferno Na Comédia De Dante	69

TÍTULO

“A contribuição da filosofia da linguagem para o ensino de filosofia no ensino médio: uma proposta didático-pedagógica”

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de realizar uma reflexão filosófica a partir da temática da filosofia da linguagem e sua contribuição para o ensino de Filosofia no Ensino Médio, numa tentativa de refletir sobre pretextos e implicações ao admitir que o ensino de filosofia implica também no pensar e na prática filosófica, decorrendo da influência da linguagem, no sentido de demonstrar e fundamentar problemas levantados no dia a dia da sala de aula, em todos os conteúdos curriculares de Filosofia. Tomamos como estudo teórico, a obra de Wittgenstein, *Tractatus Lógico Philosophicus*, apresentando discussão para um questionamento em que propomos as seguintes questões: A filosofia da linguagem é decorrente e se constitui, visivelmente, como elemento possível para a análise filosófica no ensino de filosofia? Denota-se, da linguagem, que ela é elemento metalinguístico adequado do pensamento filosófico? Nesse sentido, apresentamos, em nosso trabalho, uma reflexão sobre o tema, despertando, em nossos estudos, a necessidade de aprofundar na questão ora apresentada. Justificamos este trabalho, como forma e desejo de demonstrar que o tema se destaca no ponto em que estudando a questão das ideias representativas do significado dos pensamentos e do significante que os representa. Temos como objetivo geral a organização de uma reflexão, argumentando e apresentando contribuição filosófica para resposta à problematização apresentada. Nosso trabalho tem uma abordagem de análise crítico-reflexiva, numa pesquisa bibliográfica que se inicia com uma releitura do nosso material didático da disciplina de Filosofia de Linguagem, buscando fundamentação teórica, inicialmente nas referências indicadas nesse material. Demonstramos, como resultado do trabalho, a relação entre a análise filosófica e a sua sustentação na linguagem como instrumento necessário para a sua argumentação.

Palavras-chave: Filosofia da linguagem; Análise filosófica; Significado e significante na Filosofia.

TITULO

A Décadence na arte e na filosofia em Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar, na perspectiva nietzschiana, alguns aspectos da teoria da *décadence* desenvolvida pelo autor, especialmente o seu embate com a arte do século XIX. Para realizar tal empreitada, nos deteremos na terceira fase do filósofo e nos escritos do último ano de produção de Nietzsche. Com efeito, no período o autor faz uma investigação minuciosa de Richard Wagner, em *O caso Wagner*, de Sócrates, no *Crepúsculo dos Ídolos*, todos escritos em 1888. Diante disso, no primeiro momento, a fim de introduzirmo-nos no procedimento genealógico-fisiológico por meio do qual o filósofo investiga a arte da *décadence*, destacaremos alguns aspectos específicos do contexto histórico do conceito de *décadence* no movimento literário francês da segunda metade do século XIX. Em seguida, a análise e os efeitos fisiopsicológicos causados pela música de Wagner, ilustrados por Nietzsche, fornecerão a matéria-prima para comparar a melodia infinita de Wagner com a música mediterrânea de Bizet, assim como, os sintomas e efeitos que repercutem na vida do indivíduo. Logo após, a investigação percorre o caminho da *décadence* fisiopsicológica que se manifesta em filosofias como a de Sócrates e Platão, apontando sua interpretação para a configuração fisiopsicológica da *décadence* de Sócrates (anarquia dos instintos), a fim de demonstrar que este conceito foi comum aos filósofos que interpretaram equivocadamente a vida, desvalorizando-a. Dito isso, adotaremos como fio condutor argumentativo do presente trabalho três contextualizações internas da filosofia de Nietzsche a respeito do conceito de *décadence*. A primeira, tendo como pano de fundo os textos do crítico literário francês Paul Bourget, em especial *Ensaio de Psicologia Contemporânea* e *Novos ensaios de Psicologia Contemporânea*. Esses escritos foram essenciais para que o filósofo alemão despertasse seu interesse pelo termo *décadence*, possibilitando-o fazer um diagnóstico da arte (música de Wagner) e da modernidade. A segunda contextualização da *décadence*, assim como as noções de *décadence* e psicologia, perpassa *O Caso Wagner*, sendo que Nietzsche continuará inserido nesse mesmo contexto em *Crepúsculo dos ídolos*. Nessa leitura, o filósofo grego Sócrates, personagem principal dos diálogos de Platão, compreende a filosofia como uma busca da verdade que se revelará somente em um além-mundo. Diante disso, Nietzsche, na segunda parte de *Crepúsculo dos ídolos*, intitulada “O problema de

Sócrates”, colocará uma lente de aumento sobre o filósofo grego para avaliar suas configurações fisiológicas décadents. Para ele, a busca pela verdade, a moral e a dialética socráticas são cicutas que propiciam a anarquia dos instintos, causando uma décadence generalizada no indivíduo e na cultura ateniense.

Palavras-chave: Décadence. Wagner. Sócrates. Arte. Filosofia.

Francisco Alvarenga Junnior Neto

TITULO

Niilismo e ceticismo em Nietzsche

RESUMO

A intenção central deste trabalho é a de analisar e discutir a relação existente entre niilismo e ceticismo na obra do filósofo alemão, Friedrich Nietzsche (1844-1900), principalmente em obras de seu último período de produção, tais como *Além do bem e do mal* (1886) e o *Anticristo* (1888). Acerca desta discussão, em relação ao ceticismo, quando nós nos debruçamos sobre a obra de Nietzsche, encontramos diversas aproximações e distanciamentos seus para com esta tradição, porém quando nós nos voltamos para a discussão especializada, realizada pelos intérpretes, notamos a existência de uma lacuna referente a este tema, resultada do baixo interesse sobre a discussão da presença e influência do ceticismo sobre seu pensamento, o que faz com que esta discussão se encontre em um lugar pouco explorado e que, em decorrência disto, é capaz de abrir campo para novas perspectivas e interpretações. Na contramão do que ocorre com a discussão acerca da relação de Nietzsche com o ceticismo, sobre a sua relação com o niilismo, bem como sobre a presença e compreensão deste tema em sua obra, nós nos deparamos com uma vasta literatura de livros e artigos que se ocupam em traçar as influências, as interpretações, e os desdobramentos de sua discussão sobre outros temas importantes para nosso filósofo. Desta maneira, seguindo pela contramão de interpretações já consolidadas acerca do pensamento nietzschiano, a nossa hipótese é afirmativa ao apontar que também o ceticismo se encontra presente no pensamento nietzschiano, atuando sobre e através do filósofo, tornando-se precípua a compreensão de sua relevância para o filósofo, em relação a tópicos significativos

de sua filosofia, como é o caso do niilismo. Por fim, a preocupação de nosso trabalho não é a de apresentar nosso filósofo como um filósofo cético, antes disto, a busca primordial é esclarecer a forma com que o ceticismo o influenciou. A fim de realizar tal discussão, em um primeiro momento, buscaremos esclarecer e mapear algumas interpretações de Nietzsche sobre ceticismo e niilismo para, então, em seguida, discutir como ceticismo e niilismo podem ser compreendidos como nomes distintos para uma mesma estratégia do filósofo, dentro de sua intenção de se pensar uma transvaloração de todos os valores, ponto central de todo seu pensamento.

Palavras-Chave: Ceticismo. Filosofia. Nietzsche. Niilismo. Relação.

Patrick Luiz Barreto Soares

TITULO

O conceito de voluntário em Tomás de Aquino e a relação entre vontade e intelecto

RESUMO

Influenciada por uma série de autores, como Agostinho, Nemésio, Damasceno e, sobretudo, Aristóteles, a ética de Tomás de Aquino, exposta na Segunda Parte da Suma de Teologia, apresenta-se não como uma repetição desses autores, mas como uma síntese criativa e inovadora, capaz de lapidar novos conceitos ou dar a eles outros sentidos.

Em seu trabalho maior, o Aquinate dedica uma série de questões (Suma de Teologia – doravante, ST – Ia-IIae, q. 6-17) em que oferece um estudo pormenorizado da estrutura das ações humanas. No prólogo da sexta questão, o autor apresenta que deve observar os atos de uma forma universal. A discussão acerca de certa estrutura das ações humanas traz o uso de um vocabulário majoritariamente aristotélico como ao tratar de "electio" e "consilium", termos latino que traduzem os gregos "prohairesis" e "boulesis", encontrados na Ética aristotélica. Da estrutura proposta, emerge uma relação intelecto e vontade que garantem uma liberdade positiva (TELLKAMP, 2008, p. 154) ao indivíduo, em que esse é apto a escolher os fins e os meios que levam a eles.

Isso fez com que alguns autores apontassem a ética tomista como intelectualista. De maneira resumida, podemos acompanhar o significado de intelectualismo e voluntarismo exposto por

Tobias Hoffman: “Os termos intelectualismo e voluntarismo classificam as teorias de psicologia moral e de ética cujo papel central na realização do ato humano está no intelecto ou na vontade” (2010, p. 414). Desse modo, alguns sustentaram que o intelecto teria papel central na realização do ato humano em Aquino.

Neste sentido, esta apresentação tem por objetivo expor uma análise da questão que abre a série sobre a estrutura das ações humanas em Tomás de Aquino – a questão sexta da Segunda Parte. Nesse texto, discute-se a voluntariedade, compreendida como ação na qual “o movimento e o ato venham da própria inclinação.” (ST Ia-IIae, q. 6, a. 1, respondeo – p. 119). A proposta de nossa análise é que já aqui o autor, ainda que atrele o voluntário a um princípio dinâmico intrínseco ao agente e certo conhecimento de fim (portanto, uma parte advinda da vontade, outra do intelecto), não conclui que a liberdade da vontade seria retirada pelo intelecto. Do contrário, a faculdade apetitiva aparece como uma potência que necessita da razão com a finalidade de dirigir-se a um objeto, mas, por outro, é uma potência que é causa do seu próprio querer (actus elicitus) e da ação observável (actus imperatus).

Palavras-chave: ação humana; ética tomista; intelectualismo; voluntarismo.

Lara Rocha

TÍTULO

O conceito de tempos sombrios como chave de leitura para compreender o nosso tempo

RESUMO

O conceito de tempos sombrios pode ser considerado o fio condutor argumentativo que percorre o corpus teórico arendtiano, seja porque os catastróficos eventos políticos do século XX impuseram aos teóricos da política o imperativo de pensar o que estamos fazendo, seja porque sua compreensão envolve um amplo marco conceitual, que percorre, por exemplo, conceitos como autoridade, violência, totalitarismo, burocracia, alienação e irreflexão. Tomando estes elementos como horizonte de reflexão é possível compreender que eles, além de terem sido as condições de possibilidade para o advento dos regimes nazista e stalinista, permaneceram mesmo com o seu declínio. Considerando que eles compõem o que a autora conceitualiza como tempos sombrios, sua permanência indica que, longe de ser um sistema filosófico abstrato, o conceito mencionado fornece as iluminações teóricas indispensáveis

para o resgate da dignidade da política. Diante disso, a presente conferência dedicar-se-á à análise do conceito de tempos sombrios e à investigação sobre os seus elementos constituintes. A nossa hipótese é que a elucidação deste conceito fornece uma chave de leitura alternativa, porém essencial, para a compreensão de nosso tempo por possibilitar a identificação dos fenômenos protototalitários que assentam as bases da atualidade. Esta trajetória argumentativa será fundamentada nas obras arendtianas, em especial *Entre o passado e o futuro*, *Homens em Tempos Sombrios*, *Origens do totalitarismo*, *Pensar sem corrimão* e *A vida do espírito*. Para corroborar esta hipótese, a conferência será dividida em dois momentos principais. Inicialmente exporemos a definição conceitualizada por Arendt de tempos sombrios, indicando, inclusive, a inspiração que motivou a autora utilizar esta terminologia. Posteriormente indicaremos os elementos que constituem estes períodos de obscuridade política, como a quebra do elo com a tradição, a perda da autoridade, a burocracia como forma de administração pública, a alienação e a solidão como predicativos ínsitos ao homem moderno e, por fim, a irrupção do fenômeno totalitário.

Palavras-Chave: Tempos Sombrios. Autoridade. Burocracia. Alienação. Irreflexão. Totalitarismo.

Maria Mônica Reis Mondaini

TITULO

A garantia da democracia pela desincorporação do poder: breves notas sobre o pensamento de Claude Lefort

RESUMO

Pensador cuja obra é interpretada como se fosse produzida à margem e na contramão de seus contemporâneos, Claude Lefort dedicou considerável parte de sua vida acadêmica ao estudo da Democracia moderna, trabalhando, especialmente, sobre as interrogações e as indeterminações dela decorrentes. O autor propõe a investigação dos fenômenos a partir do retorno à filosofia política, objetivando repensar o político e buscando o sentido dos acontecimentos para desvendar a realidade a partir da ordem do sensível. Abordar a democracia nos termos da filosofia lefortiana implica, sobretudo, na compreensão do fenômeno da desincorporação do poder e como ela opera em oposição à sociedade do tipo

totalitária. Nosso trabalho pretende apresentar as ideias fundamentais de corpo analisadas por Lefort, em que a primeira é a do corpo místico do monarca nos regimes absolutistas do Antigo Regime e a do corpo político como uma unidade entre povo, partido e líder, adotada nos regimes totalitários modernos. Em seguida, buscaremos compreender como o fenômeno da desincorporação do poder se dá no contexto da inovação democrática. Na esteira das influências que caracterizam o trabalho de Lefort, apontaremos a maneira pela qual este autor interpreta o pensamento de Maquiavel, representando seu encontro com a questão do político, notadamente, sobre o que diz respeito à dimensão simbólica do poder e como sua pretensa aparência vai influenciar o que nosso autor denomina de lugar vazio. É também por meio da influência do pensamento maquiaveliano que buscaremos compreender a indeterminação da Modernidade que é explorada por Lefort em seus escritos sobre a revolução democrática. Ainda sobre esta influência, trataremos sobre as marcas da divisão social e a necessidade de se reconhecer o poder como um espaço inocuável e inapropriável. Esse trabalho não pretende esgotar tudo o que Lefort escreveu ao longo de seu percurso filosófico, mas trazer notas sobre sua obra de pensamento, uma vez que julgamos fundamentais para a compreensão do fenômeno democrático do nosso tempo.

Palavras-chave: Democracia. Desincorporação. Divisão Social. Poder.

Cristina de Oliveira

TITULO

O malheur e a verdade em Simone Weil: uma interpretação do sofrimento humano.

RESUMO

Simone Weil (Paris, 1909-1943) foi uma pensadora do século XX, filha de judeus agnósticos. Weil viveu entre os horrores das duas grandes guerras mundiais; viu a fome, a miséria, a coisificação, a morte, o desespero e várias outras coisas repulsivas e violentas que marcaram seu século. Além do mais, a sua vida fora marcada pelo comprometimento com as pessoas que viviam uma vida marginalizada socialmente e sob o signo da opressão. Em sua busca para compreender a dinâmica da alienação dos meios de produção, começou a trabalhar em fábricas e, a partir dessa experiência, trouxe a lume o seu conceito primordial do malheur.

Malheur significa o ápice do sofrimento humano e afeta todas as dimensões existenciais do ser humano. É necessário ressaltar que só há malheur quando: ocorre a combinação da (1) dor física persistente e permanente; (2) angústia psicológica, angústia espiritual, humilhação social que mata a personalidade (ou completamente ou parcialmente); e, por fim, (3) o mergulho no anonimato, isto é, a transformação do que era uma pessoa em uma coisa. Weil, em sua própria vivência da agonia do malheur e após sofrer a experiência mística da graça (grâce), levantou a hipótese teológica de que somente a força da graça é capaz de arrancar o ser humano dessa vivência miserável e conduzi-lo até a Verdade (Verité) ou a Deus (Dieu). A pesquisa busca compreender como estão relacionadas as categorias existenciais do malheur e da verdade. O que a análise dos textos fundamentais da autora e dos seus principais comentadores mostrou é que essas categorias existenciais do malheur e da verdade se entrelaçam no amor sobrenatural ao próximo (l'amour surnaturel du prochain), uma das formas do amor implícito ou indireto de Deus (amour indirect ou implicite de Dieu).

Palavras-Chave: malheur; verdade; Deus.

Marina Barbosa Sá

TÍTULO

O sujeito e a estética da existência no pensamento de Michel Foucault

RESUMO

Michel Foucault realiza um retorno à Antiguidade Clássica nos dois últimos volumes da História da Sexualidade. O filósofo levanta a hipótese de que os gregos e romanos teriam formulado uma “estética da existência”, no sentido de uma arte de viver, que tinha como base o preceito de “cuidado de si” e que tinha como finalidade produzir uma vida como obra de arte. O filósofo identifica nesse retorno, realizado na sua última fase, toda uma “cultura de si” na qual se observa uma valorização da relação consigo, baseada no princípio do cuidado de si. Nesta fase Foucault se volta para uma nova dimensão: a relação consigo. Foucault ficou interessado em pensar a moral tal como ela havia sido pensada na antiguidade, isto é, na forma de uma arte da existência. Nessa perspectiva, a moral não se prende a um código, mas se orienta para uma ética que se dirige a forma que se dá à própria vida e à própria conduta – uma ética enquanto arte de viver. O filósofo não acreditava na alternativa de ressuscitar a

moral grega. No entanto, a ideia de um trabalho sobre si, pareceu passível de receber um significado atual. Essa ideia de um trabalho sobre si, de uma estetização da existência, foi tomada por Foucault como relevante para a atualidade. Pode se dizer que partir desse retorno à Antiguidade, Foucault nos apresenta uma outra figura de sujeito. Se em suas pesquisas anteriores, o sujeito era pensando como produto do poder e do saber, limitado à dimensão da sujeição; nessa fase tardia de sua obra, nos deparamos com um sujeito capaz de criar a si próprio a partir de sua relação consigo. Nessa perspectiva, o sujeito não é apenas constituído, mas constitui a si mesmo através de práticas que visam uma estetização de sua própria vida. Essa dimensão da relação consigo identificada por Foucault escapa, em parte, aos poderes e códigos. Pode-se dizer que essa nova dimensão apontada por Foucault abre outros contornos para o sujeito, outros modos de subjetivação. O movimento de Foucault vai de encontro à necessidade da criação de maneiras de resistência às formas de sujeição nos dias de hoje. Segundo o filósofo, essa resistência vai em direção ao cultivo de novas formas de subjetivação; isto é, da invenção de outros modos de viver. A investigação de Foucault acerca da Antiguidade Clássica aponta para possibilidades éticas na atualidade. Foucault realiza esse retorno tendo em vista a urgência de pensar o próprio presente. Ao filósofo interessa mostrar o quanto nossos modos atuais de relação consigo e relação com os outros podem ser problematizadas, questionadas. Levantar questionamentos acerca dos nossos modos de vida, dos nossos modos de relação e de constituição enquanto sujeitos modernos. Diante disso, levantamos a seguinte questão: De que forma a problematização ética realizada por Michel Foucault acerca das práticas de si da Antiguidade greco-romana contribui para pensarmos a questão dos modos de subjetivação da atualidade?

Palavras-chave: Foucault; estética da existência; subjetivação; ética

Fabício Rodrigues Pizelli

TÍTULO

O estatuto do noema em *A imaginação* e *O imaginário*

RESUMO

Objetiva-se, nesse trabalho, apresentar o estatuto do conceito de noema interpretador por Sartre em *A imaginação* e *O imaginário*. Para isso, situamos o pensamento de Sartre em

oposição ao espiritualismo francês, de Bergson, e a fenomenologia idealista, de Husserl. Desse modo, a fenomenologia de Sartre, na medida em que não há a ambição de fundamentar a filosofia como ciência rigorosa, rejeita qualquer recurso que implique em idealismo, o noema husserliano é um deles. Com efeito, em *A imaginação*, Sartre critica o estatuto irreal do noema porque não consegue distingui-lo da imagem, isto é, há uma dificuldade em diferenciar o objeto da consciência perceptiva do objeto da consciência imaginante. Desse modo, o noema irreal faz-se danoso na fenomenologia de Sartre, pois se o sentido de uma realidade concreta está no âmbito do irreal, de modo que se faz necessário algum construto transcendental, como um Eu puro, para cancelar a validade do significado obtido, logo, o objeto apreendido passa a não existir por si e depende do sujeito que o percebe para cancelar sua validade, desencadeando um estatuto idealista. Neste aspecto, a relação noética-noemática vale para o objeto da consciência imaginante (imagem) e para o objeto espaço-temporal (objeto da consciência perceptiva). Visto isso, quando um objeto é “colocado entre parênteses”, tanto na imaginação, quanto da percepção, não há distinção entre o aspecto irreal do noema desses tipos diferentes de objeto. Portanto, o noema, além de se caracterizar como um recurso idealista utilizado por Husserl para garantir o conhecimento apodítico, com base em um idealismo fenomenológico transcendental, ele detém um aspecto irreal que abre dúvidas sobre a produção de sentido de o objeto ser de ordem transcendental e não transcendental. Desse modo, em *O imaginário*, por ser um estudo científico, diferente de *A imaginação*, Sartre descreve melhor o estatuto desse objeto irreal e busca separar os âmbitos da percepção e da imaginação, de modo que a imagem e o objeto da consciência perceptiva possuem características distintas e o aspecto irreal do noema passa a fazer parte, de certo modo, da vida imaginária.

Palavras-chave: noema; consciência; Sartre; idealismo; imaginação.

Clarice de Medeiros Chaves Ferreira

TÍTULO

Será a psicanálise uma pseudociência? Reavaliando a doutrina à luz da proposta de demarcação de Hansson e da ética de Clifford

RESUMO

Um dos filósofos da ciência mais lembrados quando tratamos de críticas à psicanálise é Karl Popper (1963/2008). Entretanto, seu critério de demarcação já não é mais considerado adequado (Newton-Smith, 2003). Existem propostas melhores para abordar o problema, que não passam pelos mesmos problemas que a falseabilidade. Uma destas propostas é a de Sven Ove Hansson (2013). Hansson propõe uma definição ampliada de ciência, ou seja, uma definição que não inclui apenas as ciências empíricas/naturais como sendo disciplinas científicas, mas também as humanidades, como a própria filosofia. Propõe também uma definição essencialista de pseudociências, e para além dela, uma lista de multicritérios com 7 itens que ajudam a determinar, na prática, se uma doutrina é pseudocientífica. Esta lista é constituída pelos seguintes itens:

“1) Credo na Autoridade: é afirmado que alguma pessoa ou pessoas tem uma habilidade especial de determinar o que é verdadeiro ou falso. Os outros precisam aceitar seus julgamentos; 2) Experimentos não repetíveis: a confiança é depositada em experimentos que não podem ser repetidos por outros com o mesmo resultado; 3) Exemplos escolhidos a dedo: exemplos escolhidos a dedo são usados apesar de não serem representativos da categoria geral à qual a investigação se refere; 4) Resistência à testagem: uma teoria não é testada apesar de ser possível fazê-lo; 5) Desdém com informações refutantes: observações ou experimentos que conflitam com a teoria são rejeitados; 6) Construída em subterfúgio: a testagem de uma teoria é arranjada de tal maneira que a teoria pode apenas ser confirmada, e nunca desconfirmada, pelos seus resultados; 7) Explicações são abandonadas sem substituição: explicações sustentáveis são abandonadas sem serem substituídas, de forma que a nova teoria deixa muito mais coisas inexplicadas do que a anterior” (Hansson, 1983, citado em Hansson, 2013, pp. 72-73). Além destes, um oitavo também pode ser proposto: 8) Obscurantismo: os conceitos teóricos ou afirmações de uma teoria possuem um significado inexistente ou nebuloso ao entendimento, o que permite a realização de mudanças arbitrárias, ou seja, sem que existam justificativas plausíveis para tal.

A psicanálise é uma doutrina que integra uma psicoterapia, um método e um conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas (Laplanche, 1967/1986), fundada por Sigmund Freud e desenvolvida por outros, como por exemplo Jacques Lacan e Melanie Klein. Quando avaliada por estes critérios, é possível perceber que ela acaba sendo um exemplo paradigmático de pseudociência: se enquadra em todos os itens da lista de multicritérios. Diante deste resultado em filosofia da ciência, também pode ser prudente discutir quais suas implicações em ética da crença, ou seja, se haveria alguma implicação moral em acreditar ou não na proposta psicanalítica. Neste trabalho, discutiremos os motivos pelos quais a

psicanálise cai em cada um dos critérios da lista de Sven Ove Hansson (2013), bem como as implicações éticas deste resultado à luz da teoria de William Kingdon Clifford (2010).

Palavras-chave: Filosofia da ciência, pseudociência, psicanálise, ética da crença, psicologia

Ana Paula de Jesus Carvalho

TÍTULO

A dialética do diálogo "Teeteto"

RESUMO

Platão entende a dialética como a arte do próprio fazer filosófico. Um método capaz de auxiliar a alma a raciocinar a partir de critérios entre as vias das múltiplas opiniões, com o objetivo de atingir uma verdade justificada. Entretanto, definir precisamente ‘o que’ é o método dialético no pensamento de Platão não é somente pensar um método sistemático. Sobretudo, definir o que é a dialética é uma tarefa muito difícil, afinal Platão nos coloca frente a teorias diferentes, com características diversas em cada diálogo. O que se pode oferecer é o estudo dos mais variados procedimentos dialéticos, recolhendo e classificando os distintos modelos de exposição presentes nos diálogos. Diante disso, minha pesquisa se propõe a investigar a dialética e o modelo de raciocínio pensado na materialidade do discurso escrito no diálogo platônico “Teeteto”. Para isso, me sirvo da análise de alguns trechos específicos do referido diálogo que tem por questão central a pergunta: O que é conhecimento (τι ἐστὶν ἐπιστήμη; ἐπιστήμη)? (146c 3) e das analogias presentes na sua investigação dialética, analisando suas faces referentes ao desenvolvimento do discurso ali apresentado. Visto que, na busca de atingir a finalidade proposta é importante compreender o uso que a personagem Sócrates faz das analogias, mais especificamente das analogias que mobilizam o pensamento por meio das imagens sensíveis. Como articulado no passo 147c7-10: “assim, quando perguntado a respeito de lama, poderia ter respondido, por maneira trivial e simples, que lama é terra molhada, sem dar-se ao trabalho de dizer quem a emprega”. Este passo destaca a importância da analogia na atividade que a alma exerce na busca do conhecimento. Pois é no processo de dividir e unificar a partir do pensar, executando o método dialético, que a alma exercita a sua capacidade de raciocinar. Um raciocinar por analogias, que permite

compreender o pensamento de Platão, na investigação acerca do conhecimento e os recursos filosóficos que mobilizam o método.

Palavras-chave: Dialética, Analogia, Alma e raciocínio.

Marcelo Henrique de Souza Carvalho

TÍTULO

“Comunidade e melancolia”: por uma (im)política da impropriedade e desposseção em Roberto Esposito

RESUMO

A proposta do presente trabalho é compreender como, no interior do pensamento do filósofo italiano Roberto Esposito, a melancolia é desvencilhada de um modo de compreensão que a interpreta como um sentimento individual que se contrapõe ao viver em comum, e passa a ser entendida como uma categoria intrinsecamente constitutiva do modo de ser da comunidade, isto é, condição pela qual a própria comunidade se realiza ontologicamente, expressando, assim, o seu caráter inessencial, fraturado e vazio. A partir disso, busca-se ressaltar o projeto crítico do pensador de romper e deformar a estrutura metafísica subjacente às categorias utilizadas pela filosofia, herdadas principalmente pelo vocabulário moderno, para pensar a questão política, a fim de abrir novos horizontes hermenêuticos para refletir e diagnosticar adequadamente nosso presente, de modo a propor uma outra política, ou melhor, uma impolítica. Para a realização desse objetivo, pretende-se apresentar como Esposito entende comunidade vinculada ao termo *communitas* que, por sua vez, deriva da expressão latina *munus*. Essa expressão denota “obrigação”, “dom”, “ofício”, ou seja, o que constitui o cerne da *communitas* é o dever de doação mútua entre aqueles que a compõem, de modo que é esse débito, essa condição de estar em falta, em dívida com alguém que define o ser-em-comum da comunidade – que enfatiza, portanto, não a posse, mas o doar. Nesse sentido, a *communitas* não se institui por uma propriedade, um “próprio”, mas pela desposseção e pela impropriedade. É o circuito de expropriação a dimensão central da comunidade, que se define por essa ausência que coloca seus membros em condição de abertura, entrega e exposição a um “fora” situando-os num “entre”, em relação a um “com”, de modo a desestruturar qualquer pretensão de identidade individual solipsista. É o nada o conteúdo da comunidade,

não sendo, portanto, uma coisa, uma substância fechada e idêntica a si mesma; mas, sim, essa falta que subtrai da *communitas* a possibilidade de ser inteiramente realizável e abarcável. Ela é sempre atravessada por uma fratura, um excedente que desestabiliza permanentemente suas disposições, tornando-a inexaurível e aberta a novas formas possíveis de ser. Esse nada que constitui a comunidade a torna diferente do ente, encerrada e completa, tornando o seu ser-comum uma implicação recíproca pela falta. À vista disso, é possível compreender a importância da melancolia, pois ela remete justamente à essa falta nunca preenchida, essa perda nunca restituída inteiramente que funda o próprio ser da comunidade. Suprimir esse vazio, portanto, a própria melancolia, com artifícios como propriedades ou identidade produz efeitos nocivos ao caráter aberto da comunidade. Nesse sentido, Esposito se esforça em romper com os conceitos centrais da filosofia política moderna que, estruturados pelo paradigma da imunização - que torna a política na modernidade predominantemente biopolítica - negam ou tentam preencher o nada constitutivo da comunidade. Sendo assim, o filósofo, a partir da melancolia e da nada intrínseco à *communitas*, tenta repensar o comum em outros termos, abandonando um léxico pautado por categorias portadoras de um “em si” absoluto, “identificáveis consigo mesmos”, que inviabilizam o contágio com a alteridade.

Palavras-chave: Comunidade; melancolia; imunidade; biopolítica; Esposito

Ana Clarice Rodrigues Costa

TÍTULO

“Um paradigma é o que você usa quando a teoria não está lá”: Masterman e os paradigmas kuhnianos

RESUMO

A proposta dessa comunicação é apresentar o percurso argumentativo desenvolvido por Margareth Masterman em seu artigo clássico intitulado “A natureza do paradigma” frequentemente citado no âmbito dos estudos da filosofia da ciência, particularmente, no tocante à temática do conceito de paradigma. Nesse artigo, a comentadora propõe esclarecer os diferentes usos do termo ‘paradigma’ em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962) de Thomas Kuhn. A tentativa de elucidar a que se referia um paradigma kuhniano apresentou-se para Masterman como “cientificamente urgente e filosoficamente importante”

(MASTERMAN, 1979, p. 74). Segundo a comentadora, até então, nenhuma tentativa havia sido feita no sentido de compreender o que Kuhn pretendia com o uso do termo, um fato segundo ela curioso tendo em vista que o conceito é fundamental para toda concepção de ciência kuhniana. Masterman suscita a tese de que isso talvez tenha ocorrido pois a *Estrutura* é um livro “cientificamente claro e filosoficamente obscuro” (MASTERMAN, p. 73, 1979). A clareza do ponto de vista científico em contraste com a obscuridade da perspectiva filosófica expressa o que Masterman chamará de “dupla reação forjada pela obra”, pois para os cientistas foi considerada de fácil compreensão, sendo apreciada e bem recebida. Mas, por outro lado, por parte dos filósofos, foi considerada pouco familiar, estranha e opaca, devido as muitas interpretações que poderiam ser realizadas a partir dela. Tal ambiguidade pode ser compreendida tendo em vista que a descrição pormenorizada das fases da ciência e das revoluções científicas parte de diversos campos de pesquisa, não apenas da história e da filosofia da ciência, mas também da sociologia e da psicologia, por exemplo. Segundo a comentadora, os diversos usos e as diferentes concepções com que o termo ‘paradigma’ é empregado na *Estrutura* constituem uma de suas dificuldades vitais. Isto porque o termo se refere a um elemento a partir do qual se organiza e do qual depende toda articulação argumentativa que sustenta a teoria da natureza das revoluções científicas. Os filósofos, segundo a comentadora, percebendo o emprego polissêmico do termo criticaram-no, mas nunca se deram ao trabalho de tentar esclarecer a questão. Pelo contrário, diz Masterman, assumiram que o termo se referia a uma “teoria básica” ou a um “ponto de vista metafísico geral” (MASTERMAN, p. 75, 1979) sem uma investigação mais rigorosa e pormenorizada. Neste ensaio clássico, a comentadora identifica pelo menos vinte e um sentidos diferentes para o termo. Diante dessa constatação, pergunta: “Haverá alguma coisa em comum entre todos? Haverá, filosoficamente falando, alguma coisa definida ou geral acerca da noção de paradigma que Kuhn está tentando esclarecer?” (MASTERMAN, 1979, p. 79).

Palavras-chave: A Estrutura das Revoluções Científicas; Paradigmas; Thomas Kuhn

TÍTULO

Pensando o que é “possível” e o que é “preciso” a partir do intolerável: uma fricção de ideias com Michel Foucault e Ailton Krenak

RESUMO

Entre o que é “possível” e o que é “preciso”, há uma diferença. Portanto, o que separa a pergunta que tematiza o XIII ENPF - “É possível imaginar Sísifo feliz?”, da afirmação que encerra o livro de Albert Camus - “É preciso imaginar Sísifo feliz.”? Propomos pensar essa distância em duas perspectivas.

Antes, gostaríamos de estabelecer um recorte entre aquilo que podemos chamar de condições de possibilidade para “algo”, do que chamaremos de condições de aceitabilidade para este mesmo “algo”. Por “algo”, entendemos uma situação ou um processo, seja a pandemia na qual ainda vivemos, seja o suicídio, tema fundamental para a filosofia segundo Camus. Admitindo que nos dois casos esse “algo” versa sobre a vida e a morte, primeiramente tomaremos o “intolerável” presente na perspectiva genealógica de Michel Foucault para pensar.

O intolerável não é um conceito; seria antes um operador crítico de transformação, servindo para estabelecer as condições de possibilidade que fazem “algo” ser aceito em determinada configuração socio-histórica. O regime carcerário na França desde 1968, por exemplo, tornou-se intolerável, o que permitiu a criação do Grupo de Informação sobre as Prisões que fez ouvir as reivindicações dos detentos sobre suas condições precárias de encarceramento. Este contexto influenciou Foucault em suas pesquisas sobre as relações entre saber e poder, resultando em obras como *Vigiar e Punir*, onde lemos como o suplício exercido pelo poder soberano, entre os séculos XVII e XVIII, fez-se intolerável, tornando possível que outro tipo de poder, doravante disciplinar, fincasse raízes. Paradoxalmente, este processo não se deu por um avanço da razão ou certo humanitarismo; mas como tecnologia de controle dos corpos que trabalham e produzem, sequestrando o tempo e o movimento dos indivíduos e fazendo do cárcere uma máquina mais econômica de dominação, como exercício de poder moralmente tolerável. Disto, cremos interessante pensar que a perspectiva foucaultiana mantém a distância entre “o que é possível” e “o que é preciso”, a partir do jogo que torna determinada relação de dominação tolerável ou intolerável.

Porém, em contrapartida, buscaremos refletir nossos tempos pandêmicos, melancólicos ante as mortes, ou, esperançosos ante a vida, através das reflexões de Ailton Krenak em *A vida não é útil*, fazendo uma breve “aliança” epistemológica sobre os temas já abordados. Para Krenak não há mais distância entre os polos do “possível” e do “preciso”, pois vivemos no tempo em que a Natureza já manifestou, dentre muitos sinais, o absurdo de nossa existência antropocêntrica como intolerável. Logo, precisamos reaprender a “experenciarmos” a vida com o planeta, e não apenas sobre ele.

Talvez, diante de diagnósticos muito próximos sobre a nossa ideia de “humanidade”, a esperança possa ganhar cores mais alegres, tornando possível e aceito uma vida que vá além da sobrevivência, como uma prática ancestral de resistência. Pois “o que nos resta”, segundo Krenak, “é viver as experiências, tanto a do desastre quanto a do silêncio”. Quem sabe com essa “fricção de ideias”, possamos entrever Sísifo e também sua pedra sorrirem.

Palavras-chave: Intolerável; possibilidade; aceitabilidade; morte; vida.

Donavan Iury Silva da Mata

TÍTULO

Banalidade do mal: um fenômeno possível hoje?

RESUMO

Este estudo busca analisar o conceito de banalidade do mal cunhado pela pensadora contemporânea Hannah Arendt e se é possível identificar este fenômeno na sociedade contemporânea. A base teórica para a pesquisa foi a obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, em que Arendt descreve e analisa à partir do julgamento de Adolf Eichmann, responsável pela Solução Final Nazista, a figura de um homem comum para seu tempo, obediente, respeitador de leis, alguém perfeito para colocar em prática um projeto tão sistemático de violência e banalização. Utilizamos também para sedimentar a compreensão do assunto, as obras *Confissões de Agostinho*, *Suma Teológica* de Tomás de Aquino, *A religião nos limites da simples razão* e *O que é esclarecimento* de Kant, *A desobediência civil* de Henry Thoreau, *A vida do Espírito* e *Origens do totalitarismo* de Arendt. O objetivo central de nossa pesquisa é examinar a interpretação da pensadora em direção à simplicidade de um homem que carregava sobre seus ombros a organização de um dos maiores crimes

cometidos nos últimos tempos, e assim analisar se é possível identificar, mesmo que de forma velada, a banalidade do mal na sociedade brasileira contemporânea. A capacidade assustadora de Eichmann justificar seus atos na fiel obediência revela a falta de reflexão crítica que impossibilita o rompimento com um comportamento dogmático e servil. Observando a situação social brasileira na atualidade, abre-se a oportunidade para o debate sobre o aumento da violência nas várias esferas da sociedade, principalmente na política através de discursos coléricos de governantes e um seguimento servil de parte da população. Isso nos mostra a necessidade urgente de pensarmos um processo educacional capaz de dar autonomia e criticidade as pessoas e também uma urgente valorização da consciência ética para que os mesmos erros do passado não voltem a acontecer entre nós.

Palavras-chaves: Filosofia. Banalidade do mal. Obediência cega. Atualidade. Brasil.

Aline Isabel Alves Andrade

TÍTULO

A lacuna explicativa e as tentativas de naturalização da consciência

RESUMO

Em 1983, no artigo “Materialism and Qualia: the explanatory gap”, o filósofo Joseph Levine apresenta a “lacuna explicativa” que é um argumento de conclusão epistemológica: as afirmações psicofísicas deixam uma lacuna explicativa significativa entre os qualia e suas bases materiais, e mais, não temos como saber quais dessas afirmações são verdadeiras. Esse argumento é derivado da versão de Kripke do argumento cartesiano contra o materialismo.

O trabalho de Levine, no debate contemporâneo, é tentar sair desse problema que, desde quando foi apontado por Elizabeth da Bohemia, nunca foi resolvido. Ele o considera como uma antinomia kantiana: não vê argumentos dualistas bons o suficiente que expliquem como uma substância, ou propriedade, de outra natureza influencia na natureza do corpo e, nas produções materialistas, ele aponta essa lacuna explicativa.

Ao longo de sua obra, então, ele se dedica a responder às objeções dualistas feitas à empreitada materialista e a mapear a lacuna explicativa para que consigam superá-la, fazendo um trabalho crítico na revisão das explicações recentes. Essa lacuna está no projeto de

naturalização da consciência, que é tentar explicar o fenômeno da experiência consciente nos termos físicos pelos quais as ciências explicam todo o restante dos fenômenos do universo. Levine sublinha que sabe que existem limites para as explicações e que não é idealista ao ponto de acreditar que uma explanação perfeita seja alcançável, mas acredita que há ainda o que investigar e completar.

A tese materialista mais forte, na contemporaneidade, é mais branda e justamente por fazer uma afirmação mais fraca, no sentido de ser menos absurda, é o que torna a objeção mais difícil de ser feita. Isso é, afirmar que a relação entre mente e corpo é de realização de propriedades e não de identidade, abarca o problema dos qualia e já busca explicá-lo dentro dos termos materialistas para o que antes era uma objeção dualista. O que Levine busca é, como já foi dito, apontar as falhas nessa explicação e, não só isso, indicar caminhos para as preencher.

Palavras-chave: Lacuna explicativa, consciência, materialismo.

Audier Gomes Dias D'Angelo Seabra Eiras

TÍTULO

O papel da inclinação no dever moral.

RESUMO

Buscaremos analisar nesta pesquisa qual o papel da inclinação no dever moral tendo por referência uma das formulações do imperativo categórico e as combinações e distinções relevantes entre o agir que se caracteriza como conforme ao dever e ou por dever, seguindo o modelo apresentado por Immanuel Kant na Fundamentação da Metafísica dos Costumes.

Temos por pressuposto que a retirada do interesse e a superação da inclinação como condições para a aplicabilidade do imperativo categórico não apresenta similitude com a indolência e, portanto não pode ser entendido como ataraxia, deste modo faz-se imperioso esclarecer na afirmação de Kant de que a “máxima é o princípio subjetivo do querer” o que pode ser entendido por subjetivo. Neste percurso buscaremos analisar a definição de sentimento moral, tal como dada na Metafísica dos Costumes.

Assim, segundo nossa hipótese, a importância da inclinação e o seu papel no dever moral podem ser verificados não apenas no fundamento de determinação da vontade como na

abrangência do significado de interesse moral pois ao considerarmos que a capacidade de legislar e de julgar do agente moral são interdependentes e que na sua destinação de autodeterminação podem encontrar por obstáculos a restrição do agente ao âmbito do uso privado da razão e o predomínio do “prazer” enquanto estado de sensação patológico, firmamos nossa análise sobre o segundo obstáculo por entendermos que este último é extensivo ao primeiro.

Em nossa pesquisa destacamos ainda a definição que Kant faz das regras de habilidade – consideradas por ele de caráter técnico-práticas e que visam a sujeição das paixões. Há aqui uma rejeição de Kant a essas regras, tal afirmação é verificável na primeira seção da Fundamentação da metafísica dos costumes ao afirmar que: a boa vontade “ficaria a brilhar por si mesma como uma joia, como alguma coisa que em si mesma tem seu pleno valor. A utilidade ou a inutilidade nada podem acrescentar a esse valor” (KANT, 2008 BA/4).

No nosso entender, tal afirmação mostra o papel destacado da vontade e não o da utilidade ou inutilidade na caracterização da ação moral (as regras de habilidade são aconselhamentos que tratam de consequências da ação tendo ainda por finalidade geral a felicidade, por tanto tratam de “utilidade ou inutilidade” da ação). Em compensação Kant nos diz que a virtude requer autodomínio e, ao oferecer uma distinção entre afetos e paixões** parece oferece uma alternativa para a busca da liberdade interior, para o governo das paixões (Kant defini a paixão como “um desejo sensível que se transformou em uma inclinação duradoura ou permanente”). Entendemos que a compressão desta questão seja imprescindível para entender o potencial de autodeterminação nas condições em que o critério moral ocorre, tendo em mente que, para Kant, livre é aquela pessoa capaz de dar a si mesmo uma máxima.

* Immanuel Kant, *Metafísica dos costumes*, in introdução à doutrina da virtude – definição de sentimento moral.

** Immanuel Kant, *Metafísica dos costumes*, in introdução á doutrina da virtude – distinção entre afeto e paixões.

Palavras chaves: Dever moral, paixões, autodeterminação, ataraxia, inclinação.

TÍTULO

Ser primeiro em Z,1 da metafísica de aristóteles

RESUMO

Esta comunicação tem por objetivo a análise das razões pelas quais Aristóteles em seu primeiro capítulo de Metafísica VII, estabelece somente uma exposição parcial à fundamentação do caráter de primazia que constitui a substância. Este primeiro capítulo do livro Zeta corresponde ao lugar onde é enunciada pelo filósofo uma característica fundamental da substância, que é: ser primeira. O desenvolvimento argumentativo para tal é estabelecido partindo da separabilidade da substância relativamente aos itens não-substanciais, constituindo sua independência existencial implicada pela premissa de primazia utilizada por Aristóteles nesse capítulo de Z da Metafísica. O capítulo é estruturado em três partes: na primeira é desenvolvido o argumento em favor da primazia ontológica da substância, visto que indica-se ser fundamental e próprio da substância a capacidade de existir de forma separada e independente; na segunda, Aristóteles estabelece três sentidos de “primeira” que são imputados à substância, a saber, primeira em definição, em ordem de conhecimento, e em tempo; e, por fim, na terceira e última parte, o Estagirita propõe uma transferência subsidiária ao estabelecimento da primazia lógica e ontológica à substância, deixando a questão ‘que é ser’ para o tratamento de ‘que é substância’. Dessa forma, chama a atenção que o capítulo apenas desenvolve a argumentação em favor da prioridade ontológica da substância. Nesse sentido, a hipótese interpretativa apresentada é a de que o capítulo conta com a composição de um cenário com noções metafísicas básicas e comuns ao vocabulário dos antecessores com a finalidade de estabelecer uma arena de disputa pelo campo semântico de ‘substância’ ou pelo sentido primário do termo, objeto de investigação de Z da Metafísica, uma vez que ficou estabelecido desde Γ da Metafísica a necessidade da substância desfrutar prioridade lógica aos itens não-substanciais, para que consiga unificar conceitualmente em torno de si a Ciência Geral do Ser via significação focal.

Palavras-chave: Substância, Ser Primeiro, Primazia Ontológica, Separação Ontológica.

TÍTULO

Contra a inefabilidade das hinge propositions: uma leitura neopragmatista

RESUMO

A obra *Sobre a Certeza* (1969), em sua grande parte, é uma reação de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) a dois trabalhos de G. E. Moore: *Em defesa do senso comum* (1925) e *Prova do mundo externo* (1936). O primeiro deles chamou mais atenção. Nele Moore lista várias proposições das quais ele diz saber com certeza serem verdadeiras. Algumas dessas proposições são: “Eu sou um ser humano”, “Eu tenho um corpo” e “Aqui está uma mão”. O que Moore faz é tentar bloquear conclusões idealistas e cétricas sobre o mundo usando o prefixo “eu sei que”. E apesar Wittgenstein não concordar com o uso que Moore faz, a discussão sobre esse tipo de proposição faz com que Wittgenstein nos apresente importantes considerações às quais proporcionaram o surgimento do conceito proposições-dobradiça (hinge propositions). Tal conceito pode ser considerado pouco claro em *Sobre a Certeza*, mas ainda assim possui diversas interpretações. A intérprete que defende a natureza inefável das proposições-dobradiças é Moyal-Sharrock (2004). Ela as chama de certezas fulcrais (hinge certainties). Para a intérprete, as certezas fulcrais não podem ser ditas, pois, caso isso ocorra, o jogo de linguagem se solidificaria. Se de fato as certezas fulcrais forem indizíveis, como proceder num desacordo entre certezas fulcrais distintas e rivais? A tese da inefabilidade das hings parece ser inadequada pois inviabilizaria possíveis correções necessárias em ambientes de conflito. Para tratar dessas questões, utilizamos o método socrático presente na filosofia da linguagem do filósofo neopragmático Robert Brandom (1994). Uma vez que o método socrático tem o papel de tornar explícitos algumas relações inferenciais implícitas. E para tanto, desenvolveremos, portanto, duas etapas: 1) etapa negativa: mostrar as insuficiências textuais da tese de inefabilidade das certezas fulcrais de Moyal-Sharrock; 2) etapa positiva: mostrar que o método socrático, tal como proposto Brandom, pode ajudar a resolver o impasse desses tipos de desacordos, pois seria uma maneira de explicitar as certezas fulcrais, colocando-as no interior do jogo de dar e receber razões.

Palavras-Chaves: Neopragmatismo. Wittgenstein. Certeza. Brandom. Inefabilidade.

Matheus Marrega

TÍTULO

Alcances e limites da liberdade de expressão: um encontro entre Mill e Clifford

RESUMO

A proposta deste resumo é oriunda de um projeto de mestrado em desenvolvimento onde pretende-se investigar as ideias de John Stuart Mill (1806-1873) sobre a liberdade de expressão e, posteriormente, propor um contrapeso ao alcance permitido pela visão do próprio Mill sobre a liberdade de expressão com o conceito de responsabilidade epistêmica oriundo da proposta presente no ensaio intitulado A ética da crença de William Kingdon Clifford (1845-1879) a fim de responder à pergunta norteadora da pesquisa: em que termos estaríamos autorizados a restringir a liberdade de expressão das pessoas?

Também aproveitar-se-á da discussão a fim de tratar o problema contemporâneo da desinformação; pois, se estivermos aptos a responder à pergunta mencionada no parágrafo anterior, podemos também oferecer uma resposta acerca da ética da proliferação das informações usadas com um propósito enganador.

Novos problemas se postam de acordo com os desdobramentos ao modo como a liberdade de expressão é exercida ou tratada pelos filósofos e instituições. Em termos de presente, um problema oriundo da liberdade de expressão das pessoas e instituições nos parece saltar aos olhos, o das notícias falsas ou enganadoras – usualmente chamadas de Fake-News. É razoável afirmar que há uma oferta de liberdade substancial que podemos conferir nos indivíduos e veículos de comunicação de sociedades razoavelmente livres e, dado algumas limitações jurídicas, a mídia estaria autorizada a publicar o que bem entendesse, assim, esses mesmos veículos de comunicação poderiam, sem maiores consequências, publicar informações falsas ou enganosas. Mas, o que parece fazer desse problema um desafio contemporâneo seria a velocidade em que as informações hoje são propagadas e difundidas na sociedade. Assim, enfrentaremos o problema das informações falsas como um problema oriundo de como as pessoas ou instituições exercem sua liberdade de expressão atualmente e, dado as consequências nefastas da proliferação deste tipo de expressão, uma pergunta parece pertinente: qual é o contrapeso que podemos estipular à essa prática?

Outro ponto que será tratado na comunicação é de que nem toda desinformação é propriamente uma informação falsa, ela pode ser factualmente verdadeira, mas estatisticamente enganosa.

Resumidamente, espero que esteja descortinado de onde o problema deste projeto emerge e como ele se constrói: nos serviremos de Mill para fundamentar uma defesa da liberdade discursiva, porém, há lacunas na proposta de Mill que procuraremos preencher com a ideia de responsabilidade epistêmica presente na obra de Clifford; perpassando também pelo problema contemporâneo da velocidade em que notícias falsas ou enganadoras se propagam; porém, para justificarmos uma censura ante a proliferação das notícias falsas e enganadoras devemos postular primeiro em que termos estamos autorizados a limitar a liberdade de expressão das pessoas.

Palavras-chave: Desinformação; Ética da crença; Liberdade de expressão; Relevância estatística

Guilherme de Souza

TÍTULO

Sobre a figura platônica do daímon: o Daímon-Noûs à luz de Andrei Tomotín

RESUMO

O daímon não é uma entidade que está ligada somente às questões religiosas do clássico mundo grego. Além das concepções da piedade, os daimones estão presentes no modo de vida dos helenos seja na política, na moral, na cultura, nas artes e também na filosofia. O termo grego é traduzido e interpretado sob várias formas, podendo ser uma entidade, um anjo, um demônio, uma índole, uma intermediação, uma partilha, um distribuidor de sortes, um oráculo ou uma intuição. Na morfossintaxe grega, a raiz/o radical do termo funciona é utilizada como substantivo ou verbo, sendo que, estas definições variantes nos ajudam nas análises e interpretações dos diálogos de Platão, dando condições para aprofundarmos quanto às suas implicações filosóficas.

Neste sentido e dando continuidade à minha pesquisa sobre as figuras do daímon platônico, a exposição o objetivo desta comunicação será mencionar a figura do daimon-noûs a partir do diálogo Timeu interpretado por Andrei Timotín no capítulo 3 da sua obra intitulada “La démonologie platonicienne: Histoire de la notion de daimōn de Platon aux derniers néoplatoniciens”. Ainda que não seja parte fundamental da minha pesquisa original do mestrado, essa figura trouxe questões pertinentes sobre o entendimento/intelecto (noûs) e

sobre a alma (psyché) na construção do kosmós. No contexto filosófico da antiguidade clássica, a alma é um componente fundamental para a construção da compreensão da noção de vida. Portanto, o daímon platônico surge como uma “virada de chave” para a significância da alma voltada mais para o lado racional do entendimento/intelecto dos homens, afastando-se daqueles conceitos anteriores ao seu mestre Sócrates. Os daimones eram tratados apenas no sentido de entidades que acompanhavam os homens como um elo de proteção e de ações determinadas pelo um bom ou mal daímon.

Ainda que o diálogo Timeu seja uma narrativa muito complexa e controversa, nossa exposição não será da profundidade que o diálogo merece. Porém, tentaremos mencionar alguns pontos que causam suspeitas para uma interpretação pertinente sobre os temas da alma do mundo e da alma imortal. Dado isso, a presença do daimon no comentário de Timóteo fornece a nós um tipo de ciclo/movimento da alma do mundo e a sua possibilidade na divinação dos homens. Por fim, o diálogo provocou uma inquietação interpretativa sobre a arte de filosofar que, porventura, através da “inserção” do daimon-noûs com a união do noûs com a psyché, haveria uma tentativa de dizer que esta figura platônica seria uma ideia da divinação dos homens estar ligada ao exercício da filosofia. Assim, esta suspeita será explicitada, embora não seja possível desenvolvê-la com maior profundidade dado o fato de a pesquisa ainda estar em andamento.

Palavras-chaves: daímon, Platão, alma, entendimento, filosofia

Thaís Vasconcelos Rodrigues

TÍTULO

A estrutura da consciência em cérebros bipartidos

RESUMO

Realista e abstrato. Matemático e criativo. Lógico e impulsivo. Tais caracterizações dicotômicas dos hemisférios cerebrais são popularmente conhecidas, desde os anos 70, e comercializadas – da venda de cursos voltados à expansão criativa às revistas de exercícios recreativos –, auxiliando na perpetuação da noção simplificada de que o lado esquerdo do cérebro é analítico em oposição ao direito intuitivo. Não obstante, somos levados a

imaginar uma eterna batalha entre duas entidades ou, ainda, entre mentes distintas que habitam o interior de cada um de nós.

Essas descrições aparecem de maneira ainda mais enfática no contexto dos cérebros bipartidos, condição na qual há um corte de comunicação entre os hemisférios. O tema é estudado desde a década de 40 quando iniciaram-se as primeiras intervenções cirúrgicas, chamada *comissurotomia*, apoiando as inferências funcionais na possibilidade de presenciar a atuação hemisférica isoladamente. Apesar do debate contínuo ter produzido muitos estudos e evidências concernente à lateralização cerebral, por exemplo, ainda não há um consenso sobre como caracterizar o impacto da condição na estrutura da consciência.

Ora, fixa-se como objetivo desta apresentação a análise da literatura clássica e desenvolvimentos recentes no que concerne à consciência e sua relação com os cérebros bipartidos, almejando à compreensão e ao enriquecimento do fenômeno como um todo, além de promover uma avaliação de como tais informações podem ser usadas como centelha para repensar problemas fundamentais da filosofia da mente. Dessarte, elencam-se as indagações basilares que atuam como guia para o desenvolvimento da investigação, a saber, se a comissurotomia causa alterações na estrutura da consciência, quais as razões para sustentar a existência de uma ou duas mentes conscientes, em conjunto com a exposição dos motivos relevantes para a adoção de um ou outro posicionamento, além das consequências para o debate acerca do tema. A partir disso, pormenoriza-se as concepções filosóficas que emergem a partir da bissecção, natural ou cirúrgica, do cérebro tais como a *coconsciência*, a dualidade da mente, a unidade da consciência no hemisfério vocal e a consciência subcortical.

Palavras-chave: cérebro bipartido; assimetria hemisférica; consciência.

TÍTULO

Theodor Adorno: da publicidade cultural à propaganda fascista.

RESUMO

A presente comunicação busca dialogar com as repressões e gratificações pulsionais presentes tanto na publicidade[Reklame] da indústria cultural [Kulturindustrie], quanto na propaganda fascista; em outras palavras, como a publicidade da indústria cultural e a propaganda fascista operam em nível pulsional sobre os indivíduos. A distinção do nome é pensada de modo a facilitar a compreensão dos objetos. Portanto, a publicidade cultural é tratada aqui como publicidade de mercadorias culturais, as quais podemos considerar como uma expressão da mercadoria, bem como, do arranjo desse sistema industrial cultural apontado por Adorno e Horkheimer. Ambas, indústria cultural e publicidade, não estão em desarmonia, mas pelo contrário, Adorno considera que, “tanto técnica como economicamente, a publicidade e a indústria cultural se confundem” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 135). Nesses termos, a indústria cultural e a publicidade entrelaçam-se de modo a perder de vista seus limites. Já a propaganda fascista, por outro lado, como o próprio nome indica, é tratada como propaganda política; responsável por capturar certa consciência coletiva que encontra-se domesticada e conformista. Não trataremos aqui de seu conteúdo objetivo, apenas será apontado aquilo que encontra-se oculto diante do mesmo, a saber, os mecanismos psíquicos responsáveis pela captura da consciência coletiva. A argumentação seguirá rumos pelos quais busca-se: (a) explicação sobre a publicidade cultural ser responsável pela excitação das massas, com uma proposta de sublimação pulsional, por via divergente da qual o estímulo foi recebido, qual seja, a satisfação pela violência. Se faz necessário compreender: (b) de que modo isso ocorre diante da indústria cultural. Por outro lado, (c) como a propaganda fascista busca a liberação daquilo que foi reprimido pela cultura. E, por fim, (d) como é possível entender o jogo entre a publicidade cultural e a propaganda fascista. Para tanto, serão abordados conceitos adornianos, tais como: indústria cultural, fetiche de mercadoria, mimese e projeção; além de alguns mecanismos psicológicos apontados pelo filósofo, os quais referem-se ao esquema de propaganda fascista. Estabelecer-se-á um debate com a psicanálise abordando o conceito freudiano de identificação, com o intuito de explicar a indústria cultural, enquanto um sistema que excita o consumidor, garantindo-lhe satisfação que diverge da proposta excitante

oriunda das mercadorias culturais, isto é, ao invés de uma satisfação mediada pela experiência com a mercadoria cultural, há uma satisfação por meio da brutalidade. Por outro lado, o fascismo seria responsável por liberar os impulsos proscritos pelo processo civilizatório.

Palavras- Chave: Adorno; Publicidade; Propaganda;

José Henrique Fonseca Franco

TÍTULO

O significado filosófico dos Teoremas de Incompletude de Gödel para a vertente formalista da Filosofia da Matemática

RESUMO

No final do século XIX e início do século XX, os desenvolvimentos em teoria de conjuntos motivou a busca de lógicos, filósofos e matemáticos pela fundamentação da matemática. Podemos detectar na filosofia da matemática contemporânea três correntes principais: o logicismo, o formalismo e o intuicionismo. Essas três correntes apontavam para perspectivas distintas a respeito da questão dos fundamentos da atividade matemática. O logicismo, representado por nomes como Frege e Russell, defendia a tese de que a matemática poderia ser reduzida à lógica. O formalismo considerava a matemática não mais do que suas próprias regras, acreditando em um projeto de axiomatização da matemática, tendo Hilbert como seu principal representante. E o intuicionismo, por sua vez, concebia a matemática como atividade mental, tal como vemos nos trabalhos construtivistas de Brouwer e Heyting.

Neste trabalho, nos concentraremos na abordagem formalista, com foco na natureza axiomatizável da matemática. A partir da exposição de uma abordagem formalista-pragmática que concebe a matemática não mais do que suas regras, vê as proposições da matemática como desprovidas de significado, e que, portanto, necessita de uma metamatemática, ou seja, uma linguagem que possa falar a respeito da matemática, trataremos de maneira mais específica como os Teoremas de Incompletude de Gödel impactam tal perspectiva. O que é enunciado pelos dois teoremas coloca em xeque os

desenvolvimentos e pretensões formalistas. O primeiro teorema mostra que um sistema formal construído de maneira recursiva e com algum grau de aritmética não pode ser consistente se for completo, e o segundo teorema, que decorre do primeiro, mostra a impossibilidade de se falar da consistência de um sistema de maneira interna a este. Tais teoremas foram elaborados a partir da análise minuciosa de Gödel da obra "Principia Mathematica" de Russell e Whitehead, cujos resultados impactaram o logicismo e o projeto formalista de Hilbert de desenvolvimento de uma matemática finitária.

A partir da arimetização de sentenças que falam a respeito da matemática e sua subsequente análise, Gödel mostrou a dificuldade de uma fundamentação da aritmética em um sistema formal e construído de maneira recursiva. Em tal contexto buscaremos analisar o que os Teoremas de Incompletude de Gödel dizem a respeito do debate da fundamentação da matemática, tendo em vista, especificamente, o que é proposto pela corrente formalista. Se ainda pudermos considerar a matemática como sendo apenas suas regras, o que podemos aferir a respeito de sua natureza?

Palavras-chave: Filosofia da matemática, formalismo, Gödel

Rebeca Figueira Martins

TÍTULO

Prazer, amizade e comunidade em Epicuro

RESUMO

É comum pensar na filosofia de Epicuro e instantaneamente associá-la aos temas do prazer ou da amizade. O que é menos notado, entretanto, é que ambos estão intrinsecamente relacionados: a amizade é o maior dos bens para o epicurismo e é um meio para assegurar a realização do prazer. Nesta comunicação, procuraremos explicar como a conveniência mútua e a co-afecção estão na base da amizade entre os epicuristas, e como esta filosofia relacionou a amizade e o prazer e, conseqüentemente, a amizade e a felicidade. Partiremos da noção de que foi a adesão aos pressupostos básicos do epicurismo que permitiu que os membros da confraria se reunissem sob um mesmo modo de pensar e de agir. Destacaremos a importância da dimensão comunitária do epicurismo que se realizou plenamente no Jardim de

Atenas, mas, antes, procuraremos mostrar que uma análise atenta da história do epicurismo implica considerar que antes mesmo da fundação da comunidade do Jardim, Epicuro já conquistava adeptos à sua doutrina, expondo aos amigos sua fisiologia e sua ética por meio de cartas. Também destacaremos a importância das visitas que o sábio fez aos amigos de cidades vizinhas, com o mesmo intuito de difundir a doutrina e, até, de fundar escolas. Defenderemos que já havia aí uma espécie de sociedade epicurista que se estruturava e ganhava força a partir da meditação da doutrina difundida por esses meios. Nessa sociedade de amigos já se reconhecia a importância da amizade fundada na adesão aos mesmos pressupostos, e já estava antecipada, de certo modo, a própria dimensão comunitária do Jardim de Atenas. Num segundo momento, procuraremos mostrar o quanto, no âmbito da confraria do Jardim, se confirma a importância da amizade para o epicurismo, defendendo que ela estava na base da pretensão de Epicuro: a de que era possível atingir a felicidade no seu grau máximo.

Palavras-chave: ética - epicurismo - comunidade - amizade - prazer

José Geraldo da Silva Marques

TÍTULO

O sentido do pensar em Hannah Arendt e sua aplicação no ensino de filosofia no ensino médio

RESUMO

Nosso propósito nesse trabalho é apresentar considerações sobre Hannah Arendt e algumas das suas reflexões sobre o sentido do pensar e como aplicar estas considerações no ensino de filosofia no ensino médio. A atuação em sala de aula como professor de filosofia em muitos momentos se apresenta com grandes dificuldades em proporcionar para os alunos a relevância da filosofia e a necessidade de desenvolvimento e aplicação da capacidade do pensar. Por isso, pretendemos aplicar a filosofia da pensadora, principalmente no que tange a capacidade de pensar e agir de maneira consciente, na sala de aula. Abordaremos um caso emblemático que evidencia a preocupação de Arendt com o sentido do pensar. Na obra Eichmann em Jerusalém, ela detalha todo o processo e também critica de modo incisivo toda a trajetória que culminou nesse julgamento, desde as figuras políticas que compunham o

cenário da época em que em sua visão em muito contribuíram para a impunidade de alguns responsáveis pelo genocídio provocado pelo regime de Hitler. A pessoa de Eichmann declarou que se limitava ao papel de cumpridor de ordens, apenas executava o que lhe mandavam sem questionar a razão de tal ordem, nunca passou pela sua cabeça a moralidade de suas ações, apenas obedecia cegamente, para ele, estava cumprindo a lei, era legal, apesar de imoral, sua consciência nunca lhe cobrou nada. Sua concepção de inocente, porém, revela para Arendt o que ela cunhou de banalidade do mal, que consiste, por meio da trivialização da violência, na ausência de pensamento para julgar as próprias ações. Por esta razão, é inegável a contribuição da autora em relação a compreensão de um dos maiores horrores da história da humanidade, o Totalitarismo (nazismo e stalinismo). Diante deste cenário, pretendemos explicitar o caso de Eichmann, a banalidade do mal e a relação com a atividade do pensar e, a seguir, apresentar como é possível se trabalhar este tema dentro da sala de aula, bem como a relevância deste conteúdo para a composição da sociedade contemporânea.

Palavras chaves: Banalidade. Educação. Pensamento. Razão.

Luiz Felipe de Saibro Dossena

TÍTULO

O que há de ruim na morte? A abordagem do interesse temporalizado de Jeff McMahan

RESUMO

O que há de mal na morte? Pode a morte representar um infortúnio maior para um indivíduo do que para outro? Se sim, como medir a magnitude do dano da morte? Desde um influente texto de Thomas Nagel (1970), há o que pode-se chamar de “visão ortodoxa” (FARIA, 2016) sobre o tema: a morte é ruim para o indivíduo que morre porque impede este indivíduo de desfrutar de uma vida futura que teria sido boa para ele. De acordo com essa abordagem, quanto maior o valor do futuro do qual o indivíduo foi privado pela morte, maior o dano desta morte. Com isso, explica-se por que a morte de um jovem adulto é normalmente pior do que a morte de uma pessoa muito velha: a primeira delas perde uma quantidade maior de bens. No entanto, tal abordagem sofre com uma implicação contraintuitiva: a morte seria ainda pior para um recém-nascido ou mesmo para um feto nos meses finais da gestação, uma vez que estes perdem uma quantidade ainda maior de bens. A fim de explicar e compatibilizar nossas

intuições aparentemente contraditórias, o filósofo norte-americano Jeff McMahan propõe a abordagem do interesse temporalizado para o que há de ruim na morte, desenvolvida de modo mais completo em sua obra "A ética no ato de matar: problemas às margens da vida" (2011). De acordo com essa abordagem, o mal que há na morte é proporcional à força do interesse temporalizado em continuar vivendo que ela frustra, sendo a força desse interesse a medida na qual importa para o próprio indivíduo, a partir de seu ponto de vista no momento presente, que ele continue vivendo. O conceito de interesse temporalizado coloca no centro das considerações sobre o infortúnio da morte não apenas o montante líquido de bens contido no futuro do qual o indivíduo foi privado pela morte, mas também a medida em que esse indivíduo estaria ligado a si próprio no futuro em que desfrutaria de tais bens mediante relações de unidade prudencial. Essa complexa abordagem abarca ainda outras variáveis para determinar a medida em que a morte é ruim: (a) o quão afortunado ou desafortunado o indivíduo foi até então; (b) a relação do futuro que o indivíduo teria com o modo que ele viveu até então em termos de unidade narrativa; (c) os esforços feitos pelo indivíduo para o futuro do qual seria privado; (d) a medida em que os bens futuros seriam merecidos pelo indivíduo; (e) o futuro incluísse a satisfação de desejos categóricos presentes no momento da morte. O presente trabalho visa, desse modo, compreender e discutir a abordagem desenvolvida por McMahan como alternativa para explicar por que e em que medida a morte configura-se como um mal, exemplificada no modo com que conserva nossas intuições de que é pior morrer na fase adulta do que na velhice, mas não é pior morrer nos primeiros momentos da existência do que na juventude. Para tanto, analisa algumas das principais referências bibliográficas da temática.

Palavras-chave: Jeff McMahan; interesse temporalizado; unidade prudencial; morte.

Elan Moises Marinho da Silva

TÍTULO

E se Sísifo entrasse na Matrix? Uma investigação sobre as intuições envolvendo o cenário da Máquina de Experiências, de Nozick

RESUMO

Nesse trabalho, analiso os fatores envolvidos no experimento de pensamento da Máquina de Experiências, descrito famosamente em "Anarchy, State and Utopia" de Robert Nozick (1974). Nesse experimento de pensamento, é apresentado um cenário em que as pessoas podem se plugar numa máquina que promova uma espécie de simulação do mundo real, mas que gere mais prazer do que o mundo real. Segundo Nozick (1974), a maioria das pessoas preferiria a vida real em vez da vida na máquina de experiências, isto é, uma vida de contato com a realidade e menos prazer seria melhor do que uma vida de mais prazer e menos contato com a realidade. Esse cenário serviria como um argumento contra as teorias internalistas sobre o bem-estar, mas argumenta-se que as intuições resultantes desse cenário não seriam adequadas, já que as pessoas estariam influenciadas pelo viés de status quo e outros fatores contingenciais. Dan Weijers (2014) testa o cenário da Máquina de Experiências a fim de eliminar esses possíveis vieses e o que encontra são resultados que, a seu ver, são indiferentes às teorias internalistas do bem-estar. Por sua vez, Felipe De Brigard (2010) questiona a pressuposição de que as pessoas preferem uma vida real em vez de uma vida simulada baseando-se em estudos de experimentais. Nesse trabalho, faço uma análise dos estudos experimentais de De Brigard (2010) e Weijers (2014) à luz das críticas à filosofia experimental levantadas por Sosa (2007, 2009). Além disso, avalio o que seria realmente um "viés" para esse caso, considerando as críticas de Earlenbaugh & Molyneux (2009) quanto à relação entre a intuição de que P e o próprio fato de que P. Argumentarei também que caso, seguindo o trabalho de Giovanni Rolla (2021), o objeto de intuições forem primordialmente conceitos que aprendemos ao longo das nossas vidas, então existem implicações fortes quanto à confiabilidade das intuições de pessoas comuns quanto ao cenário da Máquina de Experiências de Robert Nozick (1974).

Palavras-chave: Intuição; Máquina de Experiências; Filosofia Experimental; Experimentos de Pensamento; Conceitos.

Natanailtom de Santana Morador

TÍTULO

A meditatio mortis como um exercício espiritual em Michel de Montaigne

RESUMO

Michel de Montaigne é um herdeiro das filosofias das escolas helenísticas e é destas que ele traz uma preocupação recorrente com a morte, fazendo dela objeto de inúmeras reflexões ao longo dos três livros dos Ensaios. Neste sentido, Montaigne insere-se numa tradição do gênero filosófico-literário conhecido como *meditatio mortis* que remonta desde Platão até a Idade Média. Contudo, dois aspectos se destacam nessas reflexões montaigneanas sobre a morte. O primeiro deles é que a morte não é tomada como um tema retórico, ela é entendida como parte constitutiva da própria vida; todo instante é um passo ao encontro da morte, por isso a reflexão sobre a morte é, em última instância, uma reflexão sobre a vida. E é assim que Montaigne compreende a morte, ou a constante reflexão sobre ela, como um exercício que nos ajuda a viver o presente sem se perturbar. A *meditatio mortis* é, portanto, tomada por nosso autor como um exercício espiritual que nos liberta. É justamente a essa ideia de exercício espiritual, que ficou mais conhecida a partir dos estudos de Pierre Hadot, que gostaríamos de aproximar as reflexões sobre a morte de Montaigne. Outro aspecto interessante dessa abordagem montaigneana sobre a morte é o afastamento de uma perspectiva dualista que entendia a morte como a separação entre corpo e alma. Afastando-se de Platão e dos filósofos cristãos, Montaigne recupera do estoicismo e do epicurismo a morte como algo inscrito na natureza das coisas. Com isso, Montaigne esvazia a morte de todo fundamento metafísico e a apresenta desprovida de todo valor, não sendo nem um bem nem um mal em si, mas apenas um indiferente. Nesse sentido, a *meditatio mortis* montaigneana é um convite a compreender a morte como tal, como um indiferente, que se encontra na ordem natural das coisas, contra a qual não adianta lutar, sendo mais prudente fazê-la de companheira, como propõe o próprio Montaigne no ensaio I, 20 (Que filosofar é aprender a morrer). Assim, pretendemos, a partir dos ensaios 20 do Livro I e do 12 do Livro III (Da fisionomia), indicar como a morte é tomada por Montaigne não como um exercício retórico ou como algo para além da própria vida, mas como parte intrínseca da vida, assim como apresentar o papel fundamental dos exercícios espirituais nesse processo de libertação da morte e as reflexões diversas sobre o tema ao longo dos Ensaios.

Palavras-chave:

Meditatio mortis; exercícios espirituais; morte; filosofia helenística

TÍTULO

A noção de natureza humana na Ética de Spinoza

RESUMO

A partir do livro II da Ética, Spinoza se propõe a examinar a natureza humana. E para isso, ele passa a tratá-la não como se esta fosse uma substância criada pelo ente absolutamente infinito, isto é, a única substância existente, ou seja, Deus, mas como um modo dessa substância única e infinita. Nessa perspectiva, pode-se conceber o modo como uma modificação dos atributos, em outras palavras, aquilo que o intelecto percebe da substância. Assim, o corpo pode ser considerado como um modo de extensão e a alma um modo do pensamento. Com efeito, a natureza humana tende a se repetir de maneira finita com a mesma estrutura do ente absolutamente infinito. Em vista disso, pode-se entender o corpo como uma máquina complexa de movimento e de repouso, que se mantém através de todas as transformações que afetam as suas partes, estando totalmente sujeitos aos mais diversos encontros com os demais corpos a sua volta. A alma, por sua vez, pode ser entendida como a ideia do corpo e de sua inteligibilidade, como também, de outros corpos. E a relação que estabelecem é totalmente individual, seja no plano da essência como do da existência. Dessa forma, a relação espinosana de alma e corpo se dá como uma relação de correspondência ou de expressão. Spinoza foge de uma explicação intrinsecamente mecanicista na qual o corpo não é a causa das ideias, nem as ideias são causas dos movimentos dos corpos. Nesse sentido, alma e corpo exprimem no seu próprio modo o mesmo evento. Com isso, o pensador holandês irá assentar as bases de sua crítica dirigida a Descartes acerca do seu mecanicismo; em que o indivíduo é uma máquina complexa, isto é, um organismo ou uma estrutura e não uma soma ou justaposição de partes exteriores umas às outras. Em vista disso, pode-se afirmar que existe uma unidade e uma inteligibilidade intrínsecas que formam a essência de um modo singular. Por conseguinte, nessa comunicação buscaremos demonstrar que para Spinoza o indivíduo se comporta como uma estrutura, assim dizendo, uma organização determinada de partes relacionadas necessariamente entre si e esta organização e relacionamento se dão sempre de forma inteligível.

Palavras-chave: Spinoza. Ética. Natureza humana. Mente. Corpo.

Matheus Marques Rodrigues da Costa

TÍTULO

Quine e o início do anti-excepcionalismo lógico

RESUMO

Quine é apontado como o precursor do anti-excepcionalista lógico, considerando algumas teses que são defendidas no artigo “Dois dogmas do empirismo” (Finn 2019). Uma teoria lógica responde ao mesmo tipo de evidência que inicia revisão de qualquer outra teoria científica. De acordo com o anti-excepcionalismo lógico, chegamos a ser justificados em acreditar em teorias lógicas por meios semelhantes às teorias científicas. Isso é frequentemente explicado dizendo que a escolha da teoria na lógica procede por meio de argumentos abduativos. Assim, o sucesso das teorias de validade clássicas e não clássicas é comparado por sua capacidade de explicar os dados relevantes. No entanto, até o momento não há consenso sobre quais dados as teorias lógicas devem explicar e, subsequentemente, como elas provam seu valor. Para os anti-excepcionalistas, uma teoria lógica propõe em explicar o fenômeno da validade. Uma teoria lógica é dessa forma análoga a teorias científicas. Há mesmo assim várias diferenças nas abordagens dos abduativistas no que diz respeito ao caráter ontológico da validade, em razão de esses autores aceitarem diferentes tipos de evidência em seus argumentos abduativos. O anti-excepcionalismo lógico propõe que teorias lógicas não são justificadas simplesmente por intuições a priori, mas que respondem a evidências. Além disso, propõe um método de revisão para essas teorias, sendo dessa forma antiexcepcional. Nosso objetivo nesta apresentação, que servirá como base para o desenvolvimento de nossa dissertação, pode ser dividido nos seguintes momentos. Primeiramente vamos analisar a origem do anti-excepcionalismo lógico, considerando o debate entre Carnap e Quine, que acreditamos que irá contribuir para o debate atual acerca do tema; no segundo momento, discutiremos algumas abordagens recentes do anti-excepcionalismo e do abduativismo lógico, considerando autores como Priest e Hjortland; por fim, consideraremos outros horizontes de pesquisa referentes ao anti-excepcionalismo lógico, destacando algumas críticas recentes a tal abordagem.

Palavras chaves: Anti-excepcionalista lógico; Abduativistas; Teoria lógica;

Matheus Rodrigues de Moura

TÍTULO

O radicalismo de direita ontem e hoje: a atualidade do pensamento político de Theodor Adorno

RESUMO

O presente trabalho visa estabelecer relações entre as direitas hoje, e ontem através das categorias de análise oferecidas pelo filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno. O autor em questão, evidencia aspectos característicos do novo radicalismo de direita alemão na segunda metade do século XX, revelando seus “truques” que parecem ainda hoje muito recorrentes na política radical de direita, mesmo quando pensamos no Brasil.

Para tanto nos valeremos da conferência Aspectos do novo radicalismo de direita (1967), nos atentando às questões propostas em O que significa elaborar o passado (1963), e quando necessário nos direcionando à obra Estudos sobre a Personalidade Autoritária (1950), todos trabalhos desenvolvidos por Theodor Adorno .

A proposta se justifica pela necessidade de entendermos a dinâmica política e as ferramentas ideológicas e psicológicas da nova direita radical que se desenhava na época do autor que tem se consolidado na nossa época, para que partindo dessa análise possamos enfrentá-la, e tratar das questões sob a égide do pensamento adorniano.

Pensando no Brasil, a proposta se justifica pela ascensão de grupos políticos subjetivamente fascistas, e que propagam projetos autoritários de governo. Como visto no texto adorniano, a política radical de direita, não desapareceu após a queda do III Reich. Apesar da queda do Führer, no fim da Segunda Guerra Mundial, a mentalidade, ou ainda, a subjetividade constituída a partir do governo nazifascista persistiu e ressurgiu no NPD (Nationaldemokratische Partei Deutschlands) visto como o sucessor do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães de Adolf Hitler, e declaradamente neonazista. Do mesmo modo, atentemo-nos à ideia de que a redemocratização ou a troca de partidos políticos não são capazes de desfazer o ideário político que persiste, através de práticas e de propaganda, na Alemanha saudosistas ao passado nazista, e aqui, ao passado ditatorial.

Considerando esses aspectos, tentamos, de forma ensaística e em diálogo com Theodor Adorno analisar essas práticas.

Palavras-chave: radicalismo, direita, fascismo, política.

Rondnelly Nunes de Assis

TÍTULO

O estatuto epistemológico do político na Introdução à história da filosofia de Jean-Toussaint Desanti

RESUMO

Nesta comunicação apresentarei uma leitura com o objetivo de levantar questões sobre um problema epistemológico em filosofia política. O ponto inicial dessa investigação é o surgimento de um espinosismo político no século XX que não busca apenas ler a filosofia política de Espinosa mas também utilizá-la para pensar problemas políticos contemporâneos. Vemos tal atitude nesta primeira evocação que faz Desanti ao utilizar-se de Espinosa “contra” a ortodoxia da história da filosofia e também na leitura política de Espinosa que faz Marilena Chaui “sob o signo da crítica da ditadura, do autoritarismo e da ideologia da segurança nacional”. Tal apropriação política do espinosismo levanta um problema essencialmente epistemológico, porque tem a ver com a relação de uma obra filosófica com a história e as condições de acesso a tal conteúdo político: ele é datado? Em que medida uma reflexão política moderna pode ser também contemporânea? Existe um caráter político no pensamento filosófico? Para iniciar o percurso dessa pesquisa, analisaremos a obra de Desanti de 1956, Introdução à história da filosofia, de caráter ao mesmo tempo metodológico e prático. O livro é dividido em duas partes: a primeira, um curto estudo sobre o político como problema epistemológico, propõe uma interpretação da filosofia da primeira metade do século XX e sua relação com a tradição que ele chama de “burguesa”. O autor apresenta posteriormente o que seria um método historiográfico apropriado à história da filosofia, capaz de levar em conta as interfaces políticas de uma obra filosófica. É esse método que informará a leitura que o autor fará da obra de Espinosa, a “primeira leitura materialista sistemática” do autor. O método de leitura de Desanti tem três momentos: ele analisa, além da “ordem das razões” da obra filosófica (Guérout), também a genealogia de seus conceitos (Koyré e Bachelard) e sua inserção histórico-política (contribuição da historiografia marxista). A intenção do autor é

não perder de vista a obra filosófica como imanente à sociedade na qual ela é produzida; se ela é analisada apenas enquanto sistema ou a partir da genealogia de seus conceitos (duas abordagens tradicionais da história da filosofia), perdemos de vista seu conteúdo propriamente social e político e a forma como a obra responde a desafios próprios de seu tempo. Tal é o percurso percorrido por Desanti que inicia uma longa tradição filosófica do espinosismo político. Com Desanti, temos conceitos que nos permitem perguntar: qual a relação entre a filosofia e a política? É possível pensar, como Marx, na capacidade da filosofia de modificar o mundo? A partir de Desanti, e do posterior desenvolvimento do espinosismo político no século XX e XXI, buscaremos encontrar respostas satisfatórias a tais questões relevantes à relação entre a filosofia e a política.

Palavras-chave: filosofia política; história da filosofia política; epistemologia.

Lorena Moreira Pinto

TÍTULO

A concepção de história entre Benjamin e Arendt: experiência e compreensão

RESUMO

O trabalho tem como objetivo central relacionar as concepções de história em Walter Benjamin e Hannah Arendt. Para tanto, cabe ao estudo contextualizar o pensamento dos autores, para assim, identificar o que fomentou a reflexão deles sobre o tema. Segundo Benjamin, a modernidade se identifica com uma série de transformações de âmbito técnico que refletem sobre a arte moldes de produção. Essas transformações, mais do que uma mudança de mérito técnico-científico, possuem uma dimensão histórica. A história se encarrega de transmitir como herança os objetos de produção. Cada obra carrega em si as marcas de um determinado tempo, em especial a arte, que atesta a experiência singular do artista frente a um contexto. A modernidade, em função da criação desses novos meios instrumentais, impacta sobre a constituição da experiência dos indivíduos. A experiência, dado o declínio da narrativa, perdeu o sua capacidade de se converter em sabedoria. A percepção e, por conseguinte a sua orientação dos indivíduos, estão sujeitas a um molde adverso. Dado que as experiência sofreram com essas rupturas da modernidade, a história não pode ser escrita em um mesmo sentido tradicional, enquanto algo homogêneo e contínuo. A

aparência que se detêm sobre a história, o progresso, é uma ilusão que perpetua intenções de apagar barbárie que acometeu esses desenvolvimentos. Uma história, nesse sentido, deve interromper o fluxo aparentemente harmonioso e reivindicar o anonimato do seu tempo. Contemporânea a Benjamin, Hannah Arendt, identificou também um problema sobre a percepção dos indivíduos: a capacidade de compreender teve seu ciclo interrompido pelas ferramentas dos fenômenos contemporâneos. De modo semelhante, Arendt afirmou uma tarefa para a história: compreender a singularidade dos eventos. Para ela, a história não é fechada, a cada novo evento reside a possibilidade de relevar um passado. Em ambos, uma perspectiva histórica de que possui uma tarefa política: arrancar do esquecimento.

Palavras-chave: História. Modernidade. Experiência. Compreensão.

Txay Tamoyos Silva e Sousa

TÍTULO

Entre subjetividade e intersubjetividade: o papel do imaginário

RESUMO

O objetivo deste trabalho é posicionar o papel do imaginário na discussão fenomenológica acerca das relações entre subjetividade e intersubjetividade. Para tal, faremos uso das discussões de Edmund Husserl acerca dos conceitos de variação imaginária e subjetividade transcendental, presentes nas obras *Ideias para uma Fenomenologia Pura* e *para uma Filosofia Fenomenológica*, *A Crise da consciência (ou humanidade) europeia* e sua *Carta à Lévy-Bruhl*, acompanhando o desenvolvimento de suas teses e descrevendo o que consiste, em princípio, em uma investigação fenomenológica do imaginário. Frequentaremos tais obras por apresentarem com mais riqueza a temática antropológica e ontológica que percorrem a pesquisa de Husserl desde seus estudos iniciais, acerca da possibilidade de uma lógica basilar à psicologia empírica, até a constituição da fenomenologia enquanto campo de estudos próprio. Nos ateremos, em princípio, à compreensão do autor acerca da significação a partir da ideia de *appercepção* da diferença, ou seja, da subjetividade transcendental como intersubjetividade. Em seguida, discorreremos sobre as interpretações fenomenológicas de J. P. Sartre e Maurice Merleau-Ponty acerca do papel do imaginário na compreensão do outro, na

percepção e na constituição da consciência de si. Acerca de Sartre, trataremos em especial de suas duas obras sobre o tema das imagens, *O Imaginário* e *A Imaginação*, associando suas discussões fenomenológicas iniciais (ainda muito aproximadas à Husserl) à compreensão do alter apresentada em *O Ser e o Nada*, onde o autor já constituiu uma forma original de compreensão dos modos de intencionalidade intersubjetiva. Em Merleau-Ponty, visitaremos seus comentários à filosofia de Husserl em *Signos* a partir dos textos *O Filósofo e a Sociologia* e *O Filósofo e sua Sombra*, em sequência abordando suas perspectivas originais mais tardias em *O Olho e o Espírito*, *A Linguagem Indireta* e *as Vozes do Silêncio* e em *O Visível e o Invisível*. Por fim, proporemos um possível caminho de investigação para uma fenomenologia dos imaginários passivo e ativo, delimitando quais suas ocorrências, suas similaridades e diferenciações para, a partir de uma descrição particular de cada variante imaginária, estabelecer as relações de intencionalidade, sejam elas refletidas ou pré-refletidas, com a intersubjetividade.

Palavras-chave: intersubjetividade; imaginário; fenomenologia; antropologia.

Alex Bispo Bastos

TÍTULO

Alguns desafios para o antirrealismo sobre dilemas morais

RESUMO

Um dilema moral é uma situação de conflito de obrigações em que um agente tem a obrigação moral de fazer (ao menos) duas ações distintas e igualmente prioritárias, mas não tem a capacidade de fazê-las conjuntamente. Existe um argumento que mostra que a existência de dilemas é logicamente incompatível com o princípio “dever” implica “poder” (DIP) e o princípio da aglomeração (PA), argumento que chamaremos de “Argumento da Inconsistência” (Marcus, 1980; Merluzzi, 2013). Isso significa que, assumindo que dilemas existem e assumindo DIP e PA, uma contradição é implicada. Logo, uma das teses assumidas deve ser falsa. Perante esse resultado, os antirrealistas sobre dilemas, aqueles que defendem que dilemas não existem, sustentam que, como DIP e PA são verdades necessárias, então a tese sobre a existência de dilemas deve ser a tese falsa (Conee, 1982; Zimmerman 1996).

Contudo, existe uma conexão entre DIP e o Princípio de Possibilidades Alternativas (PAP) que ameaça o argumento antirrealista. DIP é um princípio que estabelece que se um agente tinha a obrigação moral de fazer uma ação, então ele tinha a capacidade de fazê-la. PAP é o princípio que estabelece que se um agente é moralmente responsável por uma ação, então ele tinha a capacidade de agir de outro modo. O filósofo David Widerker avançou um argumento que mostra que DIP deriva PAP, isto é, DIP implica PAP (1991). Essa derivação ameaça o antirrealista devido ao seguinte resultado, alertado por Widerker: se DIP implica PAP e se PAP é falso, então DIP também é falso. E existem contraexemplos ao PAP: os famosos casos de Frankfurt (Frankfurt, 1969). Logo, deveríamos abandonar DIP junto com PAP, caso aceitemos que os contraexemplos de Frankfurt funcionam contra PAP. É notável, então, o problema para os antirrealistas sobre dilemas, pois não só DIP não é uma verdade necessária como é falso, caso PAP seja falso. Portanto, caso Widerker esteja certo, os antirrealistas não podem usar o Argumento da Inconsistência para defender que dilemas não existem.

É com base nesse contexto que faremos nossa comunicação. Pretendemos: (i) apresentar o debate sobre dilemas morais, (ii) apresentar e discutir a tese da derivação, fornecida por Widerker, e o impacto dela no debate sobre dilemas e (iii) investigar algumas respostas que restam ao antirrealista sobre dilemas para enfrentar os desafios impostos pela tese da derivação.

Palavras-chave: Dilemas morais; "dever" implica "poder"; Princípio de Possibilidades Alternativas.

Priscila Aragão Zaninetti

TÍTULO

O Sísifo de Vico e a áspera fadiga do humanizar-se

RESUMO

Concebidas por Vico como histórias verdadeiras dos primeiros povos, as fábulas cantadas pelos poetas antigos comprovam uma ampla diversidade de desdobramentos ideais e materiais que constituem o processo de humanização. Comprovam, portanto, na obra viquiana *Ciência Nova*, a fundação, a consolidação e a derrocada das instituições sociais, políticas e jurídicas que constituem as nações e, portanto, a natureza propriamente humana.

Aquela natureza que corresponde ao momento histórico e ontológico em que os homens – e, no caso da filosofia viquiana, parece acertado a referência enfática ao gênero masculino – se consideraram livres e iguais entre si. Sendo assim, a fábula de Sísifo, mas não somente dele, também a de Ixíon a girar a roda, de Tântalo a morrer de fome e de sede, de Tício e Prometeu agrilhoados a um alto rochedo, e ainda de tantos outros, demonstra que a liberdade e a igualdade são princípios constitutivos da humanidade, que elas são direitos mutuamente necessários, mas, que tais direitos surgem no tempo e não sem revoltas. Ou melhor, a celebração da liberdade e da igualdade civis pressupõe não apenas revoltas, se por isso entendermos aquelas sublevações esparsas sobre as quais nos informam a historiografia tradicional, mas, sobretudo, o movimento decorrente da perpétua tensão entre fortes e fracos, senhores e servos, nobres e plebeus, ricos e pobres. Diante do exposto, o presente trabalho propõe analisar a fábula da punição ordenada por Cadmo a Sísifo, tal como a apresentara Vico na Ciência Nova, e, portanto, como a história das ásperas fadigas daquelas criaturas que tonaram-se homens mediante a luta ininterrupta e, literalmente, visceral pela própria liberdade e igualdade.

Palavras-chave: fábula, história, liberdade, Sísifo, Vico.

Bruno Fernandes

TÍTULO

Pensando Sísifo a partir de Marx: de onde emerge esperança?

RESUMO

Nos Manuscritos econômico-filosóficos, Marx nos mostra que, enquanto o capitalista e o proprietário fundiário são deuses privilegiados e ociosos, pois são os únicos que vivem do lucro, a miséria é a única situação em que os trabalhadores se encontram. É assim até mesmo na melhor das circunstâncias, que é quando a riqueza social progride, o que significa, a princípio, aumento de capitais e, assim, concorrência entre os capitalistas. Se a procura por trabalhadores é maior que a sua oferta, o salário aumenta. Se é menor, o excedente de trabalhadores morre de fome. Ainda assim, no primeiro caso, é comum que desperte no trabalhador a obsessão pelo enriquecimento que é típica do capitalista, resultando em

sobretalho. Trabalhando como escravo, ele diminui seu tempo de vida, o que é favorável para a sua classe, pois abrem-se novas ofertas e ela se mantém viva. Mas, ainda assim, miserável. Isso porque, constata Marx, o enriquecimento na sociedade capitalista significa aumento de capital e réditos, de um lado, e miséria, de outro. A ganância por acúmulo de capital aumenta a divisão do trabalho, o que aumenta o número de trabalhadores. O aumento do número de trabalhadores aumenta a divisão do trabalho, o que aumenta o acúmulo de capitais. Na concorrência entre pequenos e grandes capitais, a acumulação multilateral se transforma em acumulação unilateral. A consequência é a formação de monopólios. Nesse momento, o salário é tão baixo quanto mais homens concorrem por um emprego, determinando, portanto, o único critério que resta para estabelecê-lo: a mera subsistência. Cabe aos trabalhadores apenas comer, beber, dormir e exercer as funções necessárias para voltar a trabalhar no dia seguinte. Com o aumento da divisão do trabalho e o acúmulo de capitais, mais produtos são tirados dos trabalhadores, mais seu trabalho e seus meios de existência se concentram nas mãos do capitalista e mais eles se tornam dependentes dos seus caprichos e das flutuações do mercado. Sendo assim, podemos nos perguntar: qual a solução do jovem Marx para essa lógica perversa imposta ao homem pelo próprio homem? Ora, a reivindicação, através da revolução, de uma humanidade originária por trás da sociabilidade corrompida. Se tanto capitalistas e proprietários fundiários como trabalhadores vieram-a-ser, devem, igualmente, vir-a-não-ser, pois, na medida em que o homem é um ser genérico, as relações perniciosas que constituem a sociedade burguesa mostram-se como a negação do próprio homem. Aqui reside o mais importante, porque, diferentemente de Hegel, para o qual a história é a história do Espírito, em Marx a história é deslocada para a atividade humana, que é justamente o ponto de encontro, digamos, da melancolia com a esperança: os homens são resultado da produção, mas também são produtores, são assujeitados pela produção, mas também são sujeitos. São, assim, conteúdo e forma. Aí encontra-se a possibilidade da liberdade. A partir desse quadro teórico, minha comunicação pretende reorganizar o mito de Sísifo, afinal, não basta negar os deuses e continuar levantando o rochedo. A superação da sua condição deve se dar na prática.

Palavras-chave: jovem Marx; dialética; economia política; trabalho; práxis

TÍTULO

Superfluidade do homem: um fenômeno de massas

RESUMO

A pensadora alemã, Hannah Arendt, ao analisar os distintivos políticos do século XX, elenca a superfluidade do humano como um fenômeno que marca as esferas da vida contemporânea. Esse conceito será o fio condutor das três partes de sua obra *Origens do totalitarismo* (antisemitismo, imperialismo e totalitarismo), nas quais a exposição de como as sociedades nacionais se dissolveram evidencia o surgimento de aglomerados de homens supérfluos. Nessa perspectiva, objetivamos neste trabalho analisar como fenômeno da superfluidade do homem é um dos fundamentos das sociedades de massas, além de identificar as características dessa tipologia social na *Filosofia Política Contemporânea* de Hannah Arendt. A partir dessa proposta, observa-se que o que a pensadora denomina de superfluidade do homem repousa, inicialmente, na massificação, na qual o indivíduo advindo sociedade de indivíduos atomizados, cuja estrutura competitiva sinaliza o egocentrismo burguês, encontrara-se desraigado de qualquer ramificação social e representação política normal. A apatia do indivíduo de massa logo foi recrutada pelos movimentos totalitários na medida em que esses indivíduos encontravam no movimento a possibilidade de expressar sua violenta oposição, de modo que a conformidade com o movimento e o conformismo total parecia ter solapado a capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte. Percebe-se, com isso, que há um enfraquecimento do instinto de autoconservação, cujo interesse pelo próprio bem-estar dava lugar para a oportunidade de participar e fazer parte de questões ideológicas inéditas na história. Logo, os movimentos totalitários objetivaram e conseguiram conduzir as massas, apesar de eles não precisarem, neste momento, de força política, mas de força bruta. O Domínio Total somente passou a ser realidade a partir do momento em que dispunham de material humano suficiente, para que pudesse manter-se mesmo com a perda populacional. Dessa maneira, a pensadora alemã considera que foi apenas depois das conquistas do Leste Europeu durante a guerra que, ao fornecer grandes massas, tornou-se possível consolidar os campos de extermínio, com isso, estabelecer o Domínio Total na Alemanha. Pois, somente onde há grandes massas supérfluas, que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento, é que se torna viável o governo totalitário, diferente do movimento totalitário. Tendo em vista essa

diferença marcante, podemos perceber que a superfluidade do homem de massa é um fenômeno europeu originado do desemprego em massa e do demasiado crescimento populacional, associado ao desprezo pela vida humana. Diante das exposições teóricas do pensamento de Arendt (1989) em sua obra *Origens do totalitarismo* perpassaremos, portanto, a formação das massas humanas contemporâneas demarcadas especificamente na questão totalitária e de suas características fundamentais, a fim de compreender o fenômeno da superfluidade humana como um dos elementos do totalitarismo de degradação da vida humana.

Palavras-chave: massas; política; superfluidade; totalitarismo.

Julie Christie Damasceno Leal; Mauro Lopes Leal

TÍTULO

Corpo, sexualidade e melancolia: uma leitura filosófica dos contos “miss algrave” e “o corpo”, de Clarice Lispector

RESUMO

A presente comunicação almeja interpretar o corpo como questão na obra e pensamento de Clarice Lispector, em especial, a travessia pelo corpo e sexualidade, bem como a noção de melancolia, em dois contos da obra *A Via Crucis do Corpo*. Assim, a intenção é pôr em diálogo literatura e filosofia, sopesando as questões de gênero, identidade e melancolia, as quais serão problematizadas nos contos “Miss Algrave” e “O corpo”. Como aporte teórico, traremos as contribuições de Judith Butler (2012), em torno das noções de gênero, corpo e sexualidade, as reflexões de Michel Foucault (2008) acerca da normatividade, relações de poder e docilização dos corpos, bem como, o conceito de melancolia, de Sören Kierkegaard (1974). Compreende-se, tendo em vista a leitura dos contos clariceanos postos em conversação com o referencial teórico proposto, que os corpos das personagens femininas de Clarice Lispector sejam palco de subversões da heteronormatividade, desconstruções da

noção tradicional de corpo e possíveis interseções com o tema da melancolia, um fenômeno que denota desespero humano, oriundo de uma dor tão profunda a ponto de ser classificada por Kierkegaard como intrínseca à humanidade. No conto “Miss Algrave”, estamos diante de uma mulher pudica que, após um encontro de corpos completamente inusitado com um ser “extraordinário” de nome Ixtlan, passa a transgredir as concepções tradicionais de corpo, afirmando a si e à sua sexualidade de uma forma inimaginável pela personagem. Em contrapartida, no conto “O Corpo”, defrontamo-nos com um ménage à trois no qual um homem e duas mulheres compartilham vida e corpos de forma tácita. Entretanto, após a descoberta de uma traição amorosa por parte do homem, as mulheres emergem em um espiral de melancolia sem fim com repercussões drásticas. Desse modo, objetivamos propor atravessamentos entre os referidos contos de Clarice e a filosofia, com vistas a transversalizar os discursos e evidenciar as questões suscitadas como abertura ao pensar.

Palavras-chave: Corpo; Sexualidade; Melancolia.

Viviane Veloso Pereira Rodegheri

TÍTULO

Metodologia e conhecimento: por que Parmênides está comprometido com uma discussão ontológica?

RESUMO

Tradicionalmente, a filosofia eleata é vislumbrada pela maioria dos comentadores como um conjunto de teses comprometidas com a discussão ontológica clássica: ela reportaria a conceitos como ser, não-ser, aparências e opiniões. A ontologia, contudo, não era veiculada como um termo paradigmático pelos próprios pré-socráticos: ela se trata de uma invenção moderna, criada em cerca de 1606 por Jakob Lorhard para se referir àquelas teorias que se dedicam à ciência ou ao estudo do ser. De acordo com este autor, a ontologia constituiria uma das subdivisões da área da metafísica. O problema atual está no fato de que nas investigações filológicas, historiográficas e filosóficas mais recentemente estruturadas pelos pesquisadores da antiguidade, a ênfase à metodologia e às análises acerca do que é possível conhecer é mais acentuada do que a ontologia no que se refere à interpretação do poema atribuído a

Parmênides. Além disso, há trechos dos versos que lhe estão associados, como os presentes nos fragmentos DK 28 B9 – 19, que parecem apontar para a possibilidade de se sintetizar conhecimentos de caráter no mínimo verossímil (ἔοικα) fundados com base no plano sensível e que poderiam, deste modo, estar hipoteticamente desarticulados ao ser. Estes conhecimentos discorreriam sobre dados relacionados à astronomia e à reprodução e comporiam o que se convencionou denominar como “cosmologia” – um dos blocos finais de que o poema de Parmênides é dotado. Como conciliar estas sentenças, vinculadas a uma possível plausibilidade que o plano sensível poderia assumir, com o propósito fundamental de interpelar o ser como aquilo que predominantemente determina o que não apenas pode ser dito mas, também, pode ser pensado? Como, enfim, continuar a considerar Parmênides um dos representantes máximos da ontologia em seus moldes mais basilares se o seu poema abrir margens para a aquisição do conhecimento através dos sentidos? O trabalho que se aspira a apresentar procurará responder a estas questões exaltando uma das nuances essenciais da filosofia parmenídea: a capacidade crítica do mortal de questionar, duvidar e investigar o que é cada coisa.

Palavras-chave: ontologia; conhecimento; metodologia; Parmênides.

Victor Hugo Amaro Moraes de Lima

TÍTULO

Teoria psicanalítica e Pesquisa Social Empírica em Theodor W. Adorno

RESUMO

O objetivo desta comunicação é de alinhar o papel que a interpretação de Adorno acerca da teoria freudiana possui em referência à compreensão que o frankfurtiano tem sobre o tema da Sociologia, em especial, na Sociologia empírica, tipo de projeto de pesquisa trabalhado em grande medida durante a vida acadêmica do referido autor. Pretende-se entender como a psicanálise é fundamental não somente como arcabouço conceitual para algumas das principais pesquisas empíricas que Adorno participou em solo americano, mas também, como a releitura da teoria freudiana é fundamental para determinadas concepções da sociologia crítica adorniana. Isso se dará a partir de uma reconstrução dos seguintes elementos: (1) do

entendimento de Adorno de como a pesquisa sociológica com elementos empíricos deve ser realizada, cuja principal fundamentação se dá na recusa da pura ‘coleta de dados’ positivista extremamente difundida na sociologia americana, propondo então uma pesquisa com métodos que analisem dados empíricos levando em consideração a totalidade social e histórica da mesma, primando pela elaboração teórica crítica da sociedade e sua compreensão como diretamente ligada ao corpo social; (2) da interpretação de Adorno à respeito da teoria freudiana, que a compreende menos como o elemento da clínica do sujeito e da análise do inconsciente, mas sim como aquela capaz de penetrar no objeto particular (o inconsciente do sujeito) para abrir caminho para a totalidade social que cerca tal objeto (o elemento ‘social’ da psicanálise), e, portanto, como uma teoria que contempla a própria primazia do objeto e a ideia de crítica da sociedade de Adorno e (3) da prática de Adorno com o projeto de pesquisa sobre as propagandas fascistas realizadas em solo americano durante a década de 40, como um dos primeiros experimentos metodológicos que alinham os direcionamentos conceituais de uma pesquisa social empírica crítica em compasso conceitos psicanalíticos. A conclusão que se tira é que a pesquisa sociológica empírica aos moldes de Adorno precisa de um elemento teórico que não surja da mera ‘sociologia pura’, e de que um elemento teórico exterior à própria sociologia seja fundamental. Se igualando fortemente com suas ideias em sua palestra inaugural em Frankfurt (‘A atualidade da Filosofia), Adorno concebe que o fazer sociológico é uma tarefa ‘interpretativa’, através do tateamento do objeto em prol da construção da objetividade que o cerca. Esse caminho progressivo do encontro do objeto é realizado na teoria freudiana, pois mesmo está buscando o foco em uma análise do indivíduo, acaba porventura a entrar em problemas sociais: psicanálise acaba encontrando o momento social no elemento mais profundo do indivíduo. Dessa forma, a sociologia se encontra na posição de proceder de maneira similar: por meio de elementos aparentemente dispersos da ideia de ‘sociedade’ (propagandistas, agitadores políticos, uma obra musical; uma coluna de jornal etc.), mas que em uma profunda investigação de tal objeto, nos levam para além do mero objeto abstrato, permitindo alocar a imediatez do objeto analisado como elemento estruturado e condicionado socialmente, e assim, alcançando o coletivo, o social e o concreto.

Teoria Crítica; Pesquisa Empírica; Sociologia; Psicanálise.

Marianne Conceição de Souza Girard

TÍTULO

Sobre as concepções de história em Nietzsche e Heidegger para a potencialização da existência: um avanço para o início

RESUMO

Desde a modernidade que o fenômeno da História se mostra pertinente para entender o que é a filosofia. A História enquanto chave de compreensão não apenas da filosofia, mas do que é propriamente humano é uma ideia que surge com intensidade no pensamento filosófico contemporâneo, principalmente no escopo da obra nietzschiana, na fenomenologia e na filosofia hermenêutica. Tendo isso em vista, a apresentação tem como proposta um diálogo (e talvez um confronto) entre as concepções de História em Nietzsche e Heidegger. O trabalho divide-se em duas partes: em um primeiro momento, haverá a exposição do que Friedrich Nietzsche compreende por história na Segunda Consideração Extemporânea – Sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida (1874) e a interpretação heideggeriana desse escrito. Nesse primeiro texto em análise, Nietzsche divide em uma estrutura triádica os tipos de história: a monumental, a tradicionalista e a crítica. Falarei brevemente sobre esses tipos e mostrarei a diferença já presente nesse texto dos termos alemães *Historie* e *Geschichte*, traduzidos para o português apenas por "História". Em sua obra capital *Se e Tempo* (1927), Martin Heidegger faz um retorno explícito a essa consideração nietzschiana no §76 (A origem existencial da historiografia a partir da historicidade do *Dasein*). Se inspirando em seu predecessor, o fenomenólogo alemão buscará dar uma unidade a ideia de História. A historiografia é apresentada como uma derivação da historicidade, que, por seu turno, está fundada na temporalidade ekstática de cada *Dasein*. Visando complementar Nietzsche, Heidegger descreve argumentativamente como os tipos de história outrora sistematizados estão unificados na temporalidade do ente humano. Após a apresentação das noções de História em Nietzsche e Heidegger, pretendo, na segunda parte do trabalho, desenvolver a questão: (1) de que maneira uma compreensão holística (e, ao mesmo tempo, perspectivista) do que é ser histórico e do que é a historiografia pode nos ajudar a aumentar nossa potência de ação no mundo?

Palavras-chave: História; Potencialização da existência; Nietzsche; Heidegger.

Pedro Methner Baldin

TÍTULO

‘Corpo-Esquizo’: intersecções entre filosofia e performance

RESUMO

Esta pesquisa de iniciação científica (já concluída) se insere dentro das atividades do ‘Aporia – Grupo de pesquisa em Filosofia e Performance’ (CNPq), com orientação da Prof. Dra. Luciana da Costa Dias, propondo-se a investigar e discutir alguns elementos teóricos que deram sustentação ao resgate da “corporeidade” como ato central da cena, ocorrido no século XX, dialogando com conceitos da filosofia, sociologia e psicanálise sobre o corpo e sua existência. Este trabalho objetivou, entre outras coisas, levantar bibliografias a respeito do corpo e seus atravessamentos, questionando o conceito e a relação do corpo na arte e no teatro. Traçando paralelos entre a “A sociologia do corpo” (LE BRETON, 2007), a filosofia do absurdo (CAMUS, 2020) e o conceito de “Corpo-satírico”, presente na obra “O nascimento da tragédia, ou ‘Helenismo e pessimismo’” (NIETZSCHE, 1992), relaciona as obras e conceitos levantados com o termo “esquizofrenia”, à luz da psicanálise lacaniana e da conceitualização de Eugen Bleuler (D’ARGORD, 2005). A metodologia seguiu a usual de pesquisa bibliográfica, com a proposta de fazer uma revisão em cima da literatura existente sobre o tema e os autores já citados. Para, dessa forma, construir um quadro crítico e teórico, coletando dados e explicitando conceitos recolhidos em livros, teses e periódicos, nacionais e internacionais. Em poucas palavras: entender, primariamente, o papel do corpo do artista da cena como uma existência liminar e caótica, é entender que existem, justamente, existências que extravasam a questão da pele. Assim, o objetivo central desta investigação, foi o de formar um alicerce teórico sobre o corpo enquanto fenômeno artístico difuso e plural, questionando como o ator-performer, em sua corporeidade radical, pode se fazer outro de si mesmo – questão essa a ser discutida dentro do referencial teórico anteriormente delimitado. Como resultado, observou-se que corpo-esquizo, é um conceito que se constrói empiricamente na contemporaneidade: um período centrado em liminaridades, crises estéticas-existenciais e esquizoalidades – elementos que marcam a conceitualização profundamente; e que a intenção de traçar um caminho para uma “esquizofrenia” do corpo na arte, é uma tarefa primária que não se acomoda em aspectos puramente bibliográficos. Por essas razões, esta pesquisa se mostrou um norte para futuros desenvolvimentos mais aprofundados sobre o tema.

Junior da Silva Lima

TÍTULO

“Es denkt in mir”: O cadáver insepulto de deus e o paradoxo epistemológico do niilismo reativo.

RESUMO

A presente pesquisa tem como gatilho filosófico a crítica hiperbólica de Nietzsche em face das epistemes, em especial, aquela (episteme) na qual Nietzsche localiza, e fixa, a metáfora da “morte de Deus” (o niilismo reativo). Antes de se ocupar do problema epistemológico que anuncia, porém, a pesquisa promove, primeiro, uma breve incursão no pensamento de Nietzsche, buscando recortá-lo da espiral especulativa que o cerca, para, depois, pela lente de Deleuze, apresentar uma tipologia conceitual em face da qual emergem as importantes categorias de niilismo (negativo, reativo, passivo e ativo). Em seguida, bebendo da filosofia de Nietzsche como instrumental filosófico aplicado à epistemologia, a pesquisa toma de empréstimo o argumento de que o pensamento filosófico, até a “morte de Deus”, era refém de um cárcere epistemológico ditado pela “estrutura religiosa do pensamento” (modelo dualista de Platão). Deus, nesse quadrante conceitual, tem papel lapidar: é que, primeiro, aparece como “condição de possibilidade do pensamento” (niilismo negativo), depois, aparece como vítima fatal do homem moderno (niilismo reativo). Assim, “libertado” do seu cárcere epistemológico, o homem tira os olhos do céu e toma para si o bastão da história. Aqui, todavia, ao observar, a partir de Nietzsche, a tentativa do homem moderno de romper radicalmente com essa estrutura, a pesquisa, então, anuncia um paradoxo (é bom que se diga, não de Nietzsche, mas que se estabelece no niilismo reativo): Sai o “a priori” metafísico (“Deus”), entra o “a priori” histórico (o solo epistemológico de Foucault, o paradigma). O lugar de Deus foi preenchido por um outro “ídolo”, a ideia paradigmática de “bases profundas que definem e delimitam o que uma época pode ou não pode pensar”. Ao identificar e caracterizar esse “paradoxo epistemológico” do niilismo reativo, a pesquisa, apontando para o cadáver insepulto de deus (metáfora que introduz o conceito de muletas epistemológicas), vai problematizar, tomando de empréstimo (e resignificando) a máxima “Es Denket In Mir” (Algo pensa em mim), o fato de que, não há mais Deus, mas AINDA há

“algo” que diz o que se pode e o que não se pode pensar. Tendo dado consistência a esse paradoxo, a pesquisa, então, recorre ao conceito de niilismo ativo para propor uma episteme da criação que se associa à política epistemológica de Nietzsche, significa dizer, uma episteme na qual vigora uma liberdade incondicionada (sem a prioris). Sem modelos mentais castradores, essa episteme possui apenas uma bússola epistemológica: a liberdade incondicionada de criar. Esta episteme é possível? A pesquisa pretende responder a esta pergunta.

Palavras-Chave: Nietzsche. Epistemologia. Niilismo. Espírito Livre.

Reinaldo Oliveira Menezes; Hellen Cristina Picanço Simas; José Alcimar de Oliveira.

TÍTULO

OS 60 ANOS DO CURSO DE FILOSOFIA DA UFAM: desafios na perspectiva da inclusão escolar

RESUMO

O curso de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi criado no ano de 1961 pelo Decreto nº 50.046/1961, que autorizou o funcionamento do curso juntamente com os cursos de Matemática e Pedagogia, da Faculdade de Filosofia do Estado do Amazonas. Em 1976, o curso de Filosofia foi reconhecido pelo Decreto nº 78.262/1972. A partir de então, de 1967 a 2018, o curso de Filosofia passou por diversas modificações na Matriz Curricular. Vale Ressaltar que o curso de Filosofia no Brasil, hoje oferta tanto a modalidade de bacharelado quanto de licenciatura. Estas modificações estão relacionadas com o contexto social de cada período da história do Brasil, sobretudo no campo educacional.

Dentre as transformações nos espaços escolares, nos deparamos com a chamada inclusão escolar, tanto de pessoas com deficiências, quanto indígenas, quilombolas, negros e etc., questões que implicam desafios à formação de professores para atuar e atender a estas demandas, justas e cidadãs. As pessoas com deficiências adquiriram o direito do acesso e permanência nos estabelecimentos de ensino regular, juntamente com os demais educandos sem deficiências (MENEZES e SIMAS, 2020; MENEZES, 2020).

Na contemporaneidade o professor de Filosofia deve estar atualizado sobre essas questões presentes no seio escolar, sobretudo do público-alvo da Política de Educação Especial. Nesse

aspecto, as práticas docentes devem considerar algumas questões, tais como: saber quem são estas pessoas? quais suas limitações e suas potencialidades? e quais são suas especificidades?.

Desse modo, nos 60 anos do curso de Filosofia os desafios têm sido muitos, para se manter funcionando, e dá um retorno para a sociedade, devolvendo a ela profissionais habilitados e competentes para atuar na Educação Básica, sobretudo, nos três anos do ensino médio. Refletir sobre a prática profissional do professor de Filosofia é uma questão igualmente Filosófica e Pedagógica, devendo ser uma constante tanto para quem atua no chão da escola quanto para quem trabalha na formação no âmbito do ensino superior.

Palavras-chave: Formação inicial. Inclusão escolar. Filosofia.

Vinícius Amaral de Sousa

TÍTULO

Semelhança, aspecto geral e consciência no Tratado de David Hume

RESUMO

A noção de relação de Semelhança exerce um papel fundamental no Tratado da Natureza Humana de David Hume. É evidente que tal noção é imprescindível para o Princípio da Cópia, para a causalidade, para as ideias abstratas dentre outros temas centrais ao Tratado. Todavia, a forma como Hume desenvolve a noção de relação de Semelhança nos encaminha para alguns cul-de-sacs na geografia mental. Pretendemos mostrar que uma boa compreensão da noção de Semelhança e da resolução de suas tensões passa, irrevogavelmente, pela maneira de aparecimento dessa relação frente à consciência.

Para tanto, em primeiro lugar, lidamos com algumas passagens do Tratado que nos apontam quatro casos distintos de Semelhança, os quais nomeamos da seguinte forma: semelhança por compartilhamento de qualidades, semelhança por aspecto geral, semelhança por tipo e semelhança por graus. Nesse momento estabelecemos um diálogo com Gamboa (2007) e

Church (1941) acerca da polissemia do termo semelhança e de seus possíveis sentidos no decorrer do Tratado.

Em um segundo momento, observamos as consequências da aplicação desses tipos de similaridade no Princípio da Cópia, ponto fundamental do Tratado, que nos serve como uma espécie de crivo para uma análise da coerência daqueles casos com o restante da obra. Nesse ínterim, encontramos que frente à necessidade de o Princípio da Cópia lidar com percepções simples, a semelhança por compartilhamento de qualidades não pode exercer o papel de sustentáculo para a relação causal entre impressões simples e ideias simples, visto que estabelece a relação de similaridade por via de uma identificação entre qualidades das e as percepções simples possuem apenas a qualidade que a forma. Assim, dentre os tipos de semelhança que apresentamos, a semelhança por aspecto geral figura como a mais adequada para o estabelecimento da relação de uma-para-uma entre impressões simples e ideias simples. Nesse momento erguemos um diálogo com Banwart (1994), Costa (1994), Russow (1980), Tienson (1988), Garrett (2002) dentre outros.

Por fim, apontamos que as tensões entre a semelhança como compartilhamento de qualidades e por aspecto geral frente ao Princípio da Cópia são resolvidas por meio de uma investigação da noção de aspecto geral, o que nos faz lançar luz sobre os conceitos de consciência, aparência e sentimento no Tratado, pois a forma que a relação de semelhança é abordada por Hume, para além de uma estrutura triádica relacional, demanda a observação da maneira como as percepções aparecem para a consciência e se apresentam em seus graus de força e vivacidade. Nessa etapa buscamos apoio nas reflexões de Waxman (1996), Thiel (2011) e Rocknak (2012).

Palavras- chave: David Hume, Relações, Semelhança, Vivacidade, Consciência.

Brennan Cavalcanti Maiciel Modesto

TÍTULO

Simón Rodríguez: linguagem, educação popular e libertação latino-americana

RESUMO

O filósofo venezuelano Simón Rodríguez viveu entre os séculos XVIII e XIX; largamente conhecido pela alcunha de ‘mestre do libertador’; tem sua obra marcada por uma filosofia

metacrítica. Isto é, propõe-se à criticar as noções iluministas de conhecimento, de escola e de liberdade. No presente trabalho, serão abordadas suas concepções de escola e liberdade, em específico, nos pontos atravessados pela linguagem, temática extremamente cara ao pensador, embora ainda não largamente explorada. A escola rodriguiana, de certa maneira, remonta à noção clássica grega de *scholé*, espaço de formação humana e de efetivação da organização da educação em moldes mais sólidos no mundo ocidental. Em certa medida, o processo empreendido pelo autor nega um dos princípios fundamentais da noção tradicional: o critério financeiro como condição de ingresso. A escola de Simón Rodríguez, ao contrário, parte da igualdade enquanto um axioma – já não é mais pensável o estabelecimento de critérios que impossibilitassem o acesso de quaisquer cidadãos ou cidadãs à mesma educação – abdicando de qualquer sorte de metanarrativa utilizada para justificar a superioridade nata de um grupo sobre outro. Sua noção de igualdade axiomática é expressa de maneira muito peculiar no que tange o campo da linguagem. Em especial, na inter-relação mantida entre a língua falada (ou sinalizada) e o reconhecimento do modo de ser no mundo. Mais ainda, assim como destaca-se mais contemporaneamente, a ênfase da língua indígena quíchua (ou quéchua) enquanto elemento central em sua Escola de Órfãos e Garotos de Carpintaria é uma maneira de evidenciar uma dupla necessidade: por um lado, reconhecimento do passado e da história dos povos nativos como condições necessárias para o surgimento de um ideário latino-americano; não mais “a imagem e semelhança” do colonizador. Se, pois, mudar de língua é mudar de chave de interpretação do mundo, a inclusão da língua nativa na Escola Popular possibilita o advento de uma nova forma de compreender a realidade. Para além do paradigma estabelecido pelo pacto colonial, Rodríguez aponta para a necessidade de autoafirmação enquanto América Latina. A premissa básica de sua perspectiva decolonial seria a assertiva “inventamos ou erramos”, onde evidencia a necessidade de não mais reproduzir lógicas que, em sua raiz, já são dominatórias; mas de substituí-las gradativamente por novas epistemologias, oriundas das reflexões e vivências de grupos outrora oprimidos. Para Rodríguez, busca-se o ‘novo’, ou incorre-se no erro.

Palavras-chave: Decolonialidade, Educação Popular, Filosofia da Educação, Libertação, Linguagem.

TÍTULO

Introdução ao estudo da natureza das intuições

RESUMO

Desde as origens do debate filosófico até os dias atuais certas premissas são assumidas com base em intuições para argumentar em prol ou contra certas conclusões. Essas intuições usadas na filosofia perpassam diversas áreas do fazer filosófico apoiando ou criticando diferentes teorias. Dessa forma, a atual apresentação terá como foco mostrar algumas concepções de intuição. Dentre essas concepções iremos discorrer sobre: intuições como crenças, intuições como disposições de crença e intuições como estados sui generis. No entanto, no final, a apresentação terá como foco realizar uma defesa a favor da intuição como estado sui generis.

A concepção de intuição como crença possui defensores como David Lewis, Ludwig, entre outros. Esta concepção acredita que um agente X possui uma intuição que Y se e somente se o agente X acredita que Y. Em outras palavras essa concepção entende intuição em termos de crença, isto é, certos tipos de crença poderiam ser considerados como intuição. No entanto, seria interessante lembrar que esta concepção apresentada de maneira breve é uma formulação geral de intuição como crença. Podendo existir, portanto, outras formulações de outros autores.

Outra concepção é entender intuições como disposições de crenças, esta formulação possui entre os seus precursores Peter van Inwagen. Uma maneira de caracterizar esta vertente é entender que um agente X possui a intuição que Y se e somente se o agente X possui a disposição em crer que Y. Ou seja, intuição seria entendida como certas disposições crenças. Por fim há a concepção que entende intuições como estados sui generis possui dentre aqueles que defendem essa vertente Pust, Huemer e Bealer. Essa vertente acredita que um agente X possui uma intuição Y se e somente parece ser o caso que Y para o agente X. O termo “parecer” nesse caso não é um outro termo que seja sinônimo de crença. Este termo é, no entanto, um estado psicológico genuíno. Esse “estado psicológico genuíno” é caracterizado de diferentes maneiras em cada autor, mas o que todos possuem em comum é não usar o conceito de crença para essa caracterização.

Em suma, a presente apresentação tem por objetivo apresentar e se aprofundar nas concepções de intuição como crença, disposição de crença e estados sui generis. Além disso,

o trabalho irá apresentar pontos a favor e contras de cada teoria. E, por fim, fazer uma breve defesa da concepção de intuição como estado *sui generis*.

Palavras-chave: Intuição, crença, estado *sui generis*

Wellington Faustino de Melo da Silva

TÍTULO

Da investigação à *epokhé*: o intérimo *trajectus* pirrônico

RESUMO

O presente estudo articula-se em torno de uma intrigante questão para a tradição cética, a saber, sob que circunstâncias o pirrônico, em sendo igualmente zetético (investigador), estaria simultaneamente comprometido com a *ataraxía* e com a investigação. De um lado, sabemos que ele elege como o fim de sua filosofia a *imperturbabilidade* (um estado de paz interior); porém, é importante lembrar, conforme Sexto Empírico (séc. II d.C.), que antes disso procurava a verdade. Somente quando não encontra aquilo que espera com o exame, pois em seu decurso ocorreram a *diaphonía* e a *isosthéneia*, chega à suspensão (*epokhé*), que, a sua surpresa, traz consigo a desejada calma de espírito. Enquanto ainda buscava tranquilidade por meio da descoberta da verdade, podemos dizer que o cético assumia uma postura investigativa mais otimista, a fim de obter alguma certeza a respeito dos objetos investigados. Todavia, mesmo após esse itinerário, que conduz à *epokhé* e, posteriormente, à *ataraxía*, é curioso perceber que o exame não promete cessar. Afinal, é por meio dele que o cético consegue renovar a suspensão. Embora Sexto assim nos esclareça essa polêmica questão, acerca do momento posterior à *epokhé*, muitos filósofos não-céticos ainda questionaram a plausibilidade de sua realização. Uma dessas críticas consistia em demonstrar que, por rejeitar crenças, o ceticismo culminaria num estado de completa inércia, no qual os participantes dessa orientação estariam condicionados a um interminável sono apático. A inação (*apraxía*), de modo geral, é quase sempre a crítica dirigida à maneira cética de viver. Entretanto, o cético trata de explicar qual é o sentido da crença rejeitada por ele. De acordo com Sexto, as crenças que os céticos excluem de seu *modus vivendi* são aquelas resultantes da investigação científica (cf. H.P. I, 13), na medida em que essas pretendem discorrer acerca de objetos não-evidentes, subjacentes à experiência fenomênica do mundo. No que se refere à

tais espécies de crenças (em objetos não-evidentes), os pirrônicos, buscando evitá-las, para com isso solapar as perturbações resultantes da invencível polêmica filosófica, mantiveram como princípio básico de ação o fenômeno (phainómenon). Purificando-se do dogmatismo, o cético vive, como relata Sexto, de acordo com as aparências (os fenômenos), as quais são oriundas das afetações involuntárias, aquelas impressões que não são passíveis de intervenção filosófica, pois não escolhemos tê-las; ou seja, apenas somos afetados por elas diretamente e de modo passivo (cf. H.P. I, 19). Neste trabalho, que tem por finalidade comunicar de maneira mais especializada o percurso traçado pelo cético até a imperturbabilidade, examinaremos, por via do estudo das Hipotiposes Pirrônicas, de início, quais são os elementos integrantes do percurso pirrônico à suspensão, pois nos parecem indispensáveis para entender o modo pelo qual o cético obtém a ataraxía. Depois de esclarecidos esses tópicos preliminares, relacionaremos entre si as noções de investigação e epokhé no âmbito do pirronismo, com o objetivo de apresentar uma explicação para a coexistência de ambas dentro do corpus cético.

Palavras-chave: Pirronismo; Investigação; Sexto Empírico; Tranquilidade.

Bruno Lemos Hinrichsen; Matheus Vilaverde Lazzarotto

TÍTULO

A noção de cosmotécnica em Yuk Hui: uma proposta de releitura do conceito de phýsis

RESUMO

Pode-se dizer que a conferência “A Questão da Técnica”, pronunciada por Martin Heidegger no ano de 1953 deu um importante passo na consolidação da filosofia da tecnologia enquanto disciplina filosófica. As suas considerações acerca da essência da técnica moderna foram pontos de partida para se pensar a realidade atual, até mesmo o contexto virtual e informacional oferecido pela cibernética. É correto, entretanto, que, ao longo dos anos, e desde que pronunciada, esse campo da filosofia já sofreu e vem sofrendo tantas outras contribuições, como é o caso, por exemplo, do pensamento acerca do design e da comunicação no contexto das imagens técnicas ou da telemática, oferecida por Vilém Flusser. Não obstante, o desenvolvimento dessas ideias se dá a partir do contexto da filosofia e do pensamento ocidental, desde sua origem com os pré-socráticos, e tem como ponto de partida

a polarização entre o natural (phýsis, kósmos) e o humano (poíesis, techné, nómos). Acontece que, diante da obra “A questão da técnica na China”, o filósofo chinês Yuk Hui passa a pensar a essência da técnica moderna, e, com isso os conceitos de Gestell e de Bestand, a partir de um cenário não necessariamente marcado pelo desenvolvimento do pensamento ocidental, senão oriental. Desse modo, partindo de uma apresentação do conceito grego de phýsis (φύσις), desenvolve-se o conceito de cosmotécnica, assim como apresentado pelo Yuk Hui. Se bem observadas as coisas, o termo cosmotécnica faz alusão aos dois conceitos centrais, de natureza e de técnica, polarizados pela tradição filosófica do Ocidente, o que leva a uma tentativa de explicação que dê conta de um âmbito total do ente, um modo de se pensar que, partindo do pensamento tradicional chinês, toma a totalidade do ente mesmo em um âmbito de produção técnico-tecnológica. De outro, o termo pretende dissolver o dualismo entre cultura e tecnologia a partir das noções centrais de Qi (器) e Dao (道), presentes na formação do pensamento tradicional chinês. Dessa forma, pautado em uma leitura crítica do texto heideggeriano de 1953, pretende-se apontar para o trabalho de Yuk Hui como um exemplo notável de um pensador que segue de maneira sui generis a trilha posta pela análise e descrição do texto do Heidegger, e assim, coloca em uma nova linguagem a questão pela técnica moderna.

Palavras-chave: Natureza. Técnica. Gestell. Dao. Qi.

Ágatha Victória Cavallari Ferreira

TÍTULO

A concepção sartriana sobre a apreensão estética da consciência imaginante

RESUMO

Logo no início de “O imaginário”, obra de 1940, Jean-Paul Sartre parte da admissão de que a consciência não é um receptáculo inerte de representações, povoado por pequenos simulacros, mas sim um puro ato que não comporta opacidade. Assim, ao se debruçar sobre a problemática referente à imagem, o autor enfatiza os dois principais modos irreduzíveis da consciência pelos quais um mesmo objeto pode nos ser dado. Isso o leva a traçar as características da consciência imaginante, que visa apenas os objetos irrealis, os quais são

colocados como ausentes e/ou não existentes, contrapondo-a, principalmente, à consciência perceptiva, que por sua vez, visa o objeto real, isto é, um objeto que, de fato, é dado como existente e presente diante de nós.

No entanto, somente no capítulo conclusivo do livro em questão, Sartre se propõe a tratar diretamente da problemática acerca da arte. A partir dos estudos empreendidos sobre a consciência imaginante, Sartre afirma que a obra de arte é um irreal, ou seja, fruto do imaginário, possuindo um tempo e um espaço próprios. Tendo em vista que a obra de arte é imaginária, podemos dizer que o objeto estético criado pelo artista, embora necessite de um suporte material para se manifestar, isto é, de um “analogon”, tal representante material não se confunde com a arte em sentido estrito. O conteúdo próprio à criação artística só pode ser apreendido por uma consciência que supõe a nadificação do mundo e que irrealiza seu objeto. Nesse sentido, o filósofo francês nos chama a atenção para a ideia de que o “belo” jamais poderia dar-se à percepção, visto que a beleza é um tipo de valor que só pode ser aplicado ao imaginário, e não abarca, portanto, o fastio da consciência realizante. Sartre exemplifica suas considerações sobre o tema da obra de arte dando maior destaque ao caso da pintura, da arte dramática e da música.

Em nossa exposição, pretendemos lançar luz ao modo pelo qual Sartre compreende a apreensão estética da obra de arte, segundo os aspectos particulares da consciência imaginante e sua relação com o real. Para tanto, focalizaremos a explicação do autor sobre as artes supracitadas.

Palavras-chave: Consciência imaginante; obra de arte; Sartre.

Paola Longo Mantovani

TÍTULO

A aparente contra intuitividade do funcionalismo abrangente: questões sobre mentalidades coletivas e a psicologia do senso comum

RESUMO

O funcionalismo sobre a natureza de estados mentais postula que um estado ou propriedade mental é um estado ou propriedade funcional. Assim, estados funcionais existem apenas a partir de uma rede causal que é composta por entradas sensoriais, saídas comportamentais e

outros estados mentais. No entanto, ainda que a tese funcionalista preserve seu paradigma central de que estados mentais são estados funcionais em virtude de exercerem determinados papéis causais, a maneira pela qual entende-se o que são e como se comportam os inputs, outputs e estados mentais reflete diferentes orientações teóricas e distintas vertentes do funcionalismo. A teoria funcionalista abrangente oferece uma compreensão mais inclusiva sobre os estados mentais de modo a atribuir mentalidade a casos como movimentos sociais ou grupos de pessoas, o que pode ser considerado contra intuitivo. Neste contexto, objetivo (1) apresentar a tese funcionalista abrangente, (2) defender que a noção de intuição subjacente às principais críticas ao funcionalismo não é suficiente para acusar a teoria de ser contraintuitiva e, por fim, (3) sugerir que a resistência em atribuir estados mentais à casos de agência de grupos se deve principalmente à características da psicologia do senso comum, segundo a qual atribuímos mentalidade mais facilmente a entidades que possuam ou (i) traços antropomórficos ou (ii) proximidade afetiva conosco. Com base em experimentos empíricos, busco evidenciar que a psicologia do senso comum se caracteriza pela atribuição de mentalidade com maior facilidade a entidades com traços antropomórficos ou emerge na própria relação entre agente e objeto a partir da familiaridade e empatia. A partir dessas hipóteses provenientes da psicologia do senso comum, sugiro que o estranhamento na atribuição de mentalidade a coletivos decorre principalmente da ausência de traços antropomórficos e de uma relação que seja a de familiaridade ou de empatia para com a entidade coletiva alvo de atribuição de mentalidade.

Palavras-chave: Funcionalismo; agência de grupo; estados mentais; mentalidade coletiva.

Thiago Máximo Pereira

TÍTULO

Diálogos em Filosofia da Mente: behaviorismo radical e cognição corporificada

RESUMO

A recolocação das questões referentes à natureza da mente no centro da inquirição filosófica atual provavelmente encontra seu pontapé inicial na crítica de Ryle à fundação cartesiana do problema mente-corpo, produzindo uma possibilidade de releitura dessas questões de maneira desembaraçada dos problemas circundantes ao erro de categoria localizado nas variantes do

dualismo de substância e apontando caminhos naturalistas para uma definição dos fenômenos mentais na medida em que o behaviorismo analítico ensejou, aos seus críticos, novas vias para se discutir a natureza desses fenômenos. Na Psicologia, o enfraquecimento do behaviorismo radical, cujas teses centrais o diferenciam suficientemente da sua contraparte analítica, é resultado do avanço das ciências cognitivas que encamparam posições atreladas à noções representacionistas e computacionistas do processamento cerebral. Todavia, objeções filosóficas a tais noções centrais nessas disciplinas, fortaleceram programas de pesquisa em diversas áreas reunidos em torno de propostas anti-representacionistas e/ou interessadas no papel constituinte de entidades e processos extra-cerebrais para a cognição. Na medida em que esses processos constituem o escopo particular da formulação behaviorista ainda presente na Psicologia, o objetivo deste trabalho é examinar a literatura filosófica mais recente em torno da filosofia comportamental a fim de determinar em que medida aproximações com as alternativas ao paradigma cognitivo tradicional são viáveis. Mais especificamente, a possibilidade de um diálogo entre behaviorismo radical e cognição corporificada. Para tanto, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica qualitativa de caráter exploratório que examinou trabalhos indexados em bancos de dados de publicações científicas e livros especializados. Uma análise preliminar do material indica que é legítima a hipótese de que entre essas duas correntes epistemológicas é possível um intercâmbio teórico, sobretudo no que toca às suas teorias da percepção e à sua rejeição ao modelo computacional de cognição em diferentes graus. De fato, tal aproximação pode ensejar tanto um intercâmbio conceitual, quiçá experimental, entre teóricos, quanto ensejar uma síntese de diferentes paradigmas em Psicologia pela via da cognição corporificada, de maneira que tal investigação merece ser posteriormente aprofundada e suas implicações esclarecidas.

Palavras-chave: behaviorismo radical. cognição corporificada. filosofia da mente.

Marcelo Aparecido Vieira

TÍTULO

Algumas Notas Sobre A “Síntese Transcendental Por Conceitos” Da Filosofia Na Crítica Da Razão Pura

RESUMO

Na Doutrina Transcendental do Método na Crítica da razão pura Kant distingue o método da filosofia (analítico – análise de conceitos) do método da matemática (sintético – construção de conceito). Tal distinção teria condenado a filosofia a ser uma não-ciência, já que para alargar o conhecimento é necessária uma síntese; a mera análise nada mais faria do que explicitar as notas implícitas de um conceito qualquer. Se não fosse por uma peculiaridade, isto é, uma “síntese transcendental por conceitos”, que Kant atribui à filosofia, ela permaneceria uma mera ideia de uma ciência possível. E é essa peculiaridade que examinaremos aqui em contraste com a filosofia da identidade (*Identitätsphilosophie*) de Schelling, que insatisfeito com a filosofia transcendental, que denomina de filosofia negativa, exige para a consecução da filosofia uma intuição intelectual. “Como é possível uma síntese transcendental por conceitos?”, é uma questão profundamente complexa, cuja a demonstração de sua condição de possibilidade, depende, assim nos parece, de um exame acerca do modo como Kant entende a filosofia. Esse tipo de conhecimento (ou uso da razão) é definido como “conhecimento/cognição racional por conceitos” (KrV, A713/ B741) e é apresentado na Doutrina Transcendental do Método na Crítica da razão pura em contraposição a outro tipo de conhecimento, o matemático (conhecimento racional por construção de conceito) (*ibid.*). Portanto, para entendermos o que seria uma síntese transcendental por conceitos, como ela é possível e, por fim, o seu estatuto numa filosofia que se pretende emancipada, (isto é, uma filosofia que não é mais regida pelo método *more geometrico*) “importa, primeiro, poder determinar exatamente o [...] carácter distintivo” do conhecimento filosófico, “o que ele não tem em comum com mais nenhum e o que, portanto, lhe é peculiar; de outro modo, os limites de todas as ciências confundem-se e nenhuma delas pode ser tratada a fundo, segundo a sua natureza” (*Prolegômenos*, §1, A23). Nesse interim, faremos um exame da filosofia kantiana, tal qual Kant a apresenta na Crítica da razão pura, mais precisamente na Doutrina transcendental do método (A712/B740 - A738/B766); além disso, iremos assinalar alguns pontos da crítica que Schelling faz a Kant quanto a sua filosofia; isso irá nos ajudar a compreender melhor a originalidade da filosofia kantiana em oposição a outro tipo de filosofia, ao invés de meramente contrapô-la com a matemática, como Kant mesmo o faz. Longe de querermos esgotar o tema, apresentaremos apenas algumas notas sobre a controversa afirmação de Kant de que à filosofia pertence uma síntese transcendental por conceitos.

Palavras-chave: filosofia transcendental, filosofia da identidade, síntese transcendental, método, Kant, Schelling

Artur Guilherme dos Santos Furtado

TÍTULO

Em Prol De Um Mundo Que Mal Vive: As Lições Morais Do Inferno Na Comédia De Dante

RESUMO

A Divina Comédia, de Dante Alighieri, constitui a síntese e o ápice da filosofia e da literatura medieval. Nela encontram-se presentes as discussões a propósito da relação entre a razão e a revelação, entre a natureza e a graça, a moral e a lei divina. Temas por demais estranhos à filosofia contemporânea, acostumada à dialética em que o primado do sujeito e o paradigma da fundamentação de sua autossuficiência e de sua liberdade, incorrendo muitas vezes na exclusão dos assuntos abordados na Comédia, uma exclusão que resvala para um caráter ateu, dado que a dialética contemporânea não suporta nada que não seja a razão ou o sujeito como fundamento, o que implica o afastamento mesmo da ideia de Deus como sustento do mundo, portanto, o afastamento da percepção medieval embutido na Comédia. A Divina Comédia pode ser lida como uma alegoria teológica a propósito da vida correta, no entanto, para Dante, embora a tematização da vida correta esteja presente, graças, em parte, às discussões advindas da ética de Aristóteles durante o século XIII, o tipo de alegoria que sobressai é a de caráter poético, isto é, Dante procurará para a sua obra um grau de significação em que o efeito poético da palavra sirva como portador não apenas da mensagem de salvação que o cristianismo medieval entende como única via possível, mas como efeito sobretudo pedagógico entre os homens. Em Dante, o tema da liberdade humana e das condições que a favorecem e o que se encontra após a morte, são a expressão do julgamento moral da Idade Média, julgamento este que se faz sentir na primeira parte de sua obra, dedicada ao inferno, lugar de punição para as incorreções morais. Ali encontram-se os excessos dos homens. Para contrapor este quadro e salvar (ou educar para uma autossuficiência moral do espírito) é que Dante não economiza nas descrições do sofrimento das almas que ali padecem. A Divina Comédia passa a ser assim uma obra em prol das almas que se podem salvar, das que se podem pôr no caminho de uma vida correta, os vivos,

portanto. O inferno, longe de ser apenas uma descrição de tipos, é o lugar da não plenitude da potencialidade humana, é neste sentido que este trabalho compreende a Divina Comédia como uma obra síntese da moralidade não apenas para o medievo, mas como um tratado para a liberdade humana.

Palavras-chave: Dante Alighieri; Filosofia Medieval; Moralidade